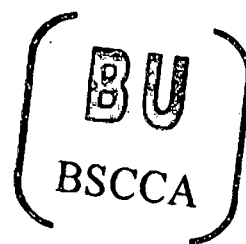


R 277

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Agrárias
Curso de Agronomia



**CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS: ESTUDO DO CASO DA
ECOCERT BRASIL**

Marina O. Baptista



0.284.396-8

UFSC-BU

**Florianópolis / SC
2004**

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Agrárias
Curso de Agronomia**

**CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS: ESTUDO DO CASO DA
ECOCERT BRASIL**

Relatório de Conclusão do Curso de Agronomia

**Acadêmica: Marina Oughton Baptista
Orientador: Paulo E. Lovato
Supervisor: João Augusto de Oliveira
Empresa: Ecocert Brasil**

Florianópolis / SC

2004

SEMESTRE 1

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por terem incentivado os meus estudos ao longo destes anos todos.

Aos meus amigos da faculdade, por terem-me aturado nos momentos de estresse.

À equipe Ecocert Brasil, por todos os ensinamentos e pela simpatia.

Ao Professor Paulo Emílio Lovato, pela orientação do presente trabalho e por ter-me posto em contato com a Ecocert Brasil.

Ao professor Richard Miller, que se disponibilizou para participar da banca.

A todos que lutaram e lutam no movimento de Agroecologia e Agricultura Orgânica, por um mundo melhor.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA / INSTITUIÇÃO.....	02
2.1. História.....	02
2.2. Dados da Empresa.....	02
2.3. Tipos de Certificação realizados pela empresa.....	03
2.4. Características da Empresa.....	04
2.5. Equipe.....	05
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA.....	05
3.1. Certificação por auditoria padrão.....	05
3.1.1. Etapas e procedimentos do processo de certificação.....	05
3.2. Certificação em grupo por amostragem.....	13
4. CERTIFICAÇÃO NO BRASIL	15
4.1. Histórico e situação atual da certificação no Brasil.....	16
4.2. A importância da certificação: um assunto polêmico.....	19
4.3. Comparação de custos para certificação individual e certificação em grupo.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
6. BIBLIOGRAFIA.....	28
7. APÊNDICE	33
8. ANÁLISE CRÍTICA DO ESTÁGIO DE CONCLUSÃO.....	34
9. ANEXOS.....	36
- Instrução Normativa N.º 007 / 99 – MAPA	
- Instrução Normativa SDA N.º 6 de 10 / 01 / 2002.	
- Lei N.º 10.831 de 23 / 12 / 2003	
- Lei N.º 12.117 de 07 / 01 / 2002.	
- Instrução Normativa N.º 16, de 11 de junho de 2004.	

1. INTRODUÇÃO

O meu estágio de conclusão de curso foi realizado na empresa ECOCERT BRASIL, com sede na rua Osni Ortiga, 949, Lagoa da Conceição, Florianópolis – S.C., onde fui supervisionada pelo Diretor Executivo Sr. João Augusto de Oliveira. O estágio teve a duração de 162 horas e foi realizado no período de 9 de janeiro a 5 de março de 2004. Nele foram acompanhados os trabalhos realizados em escritório, como também duas visitas de inspeção.

O estágio teve como objetivo o acompanhamento dos processos de certificação de produtos orgânicos, desde a parte “burocrática” realizada no escritório, até a parte prática de inspeção a campo. Não tive a intenção de propor inovações ao decorrer do estágio e nem a tenho agora neste trabalho. A empresa já possui sua metodologia de trabalho, a qual segue os padrões da Ecocert SA e funciona bem. Pretendo sim, através do meu Trabalho de Conclusão de Curso, divulgar os processos de certificação de produtos orgânicos (principalmente certificação em grupo por amostragem) para a comunidade do Centro de Ciências Agrárias, incluindo tanto os professores quanto os alunos, por este tema se tratar de um assunto relativamente novo no meio acadêmico, inexistindo disciplina no Curso de Agronomia que o aborde. Tenho também, o intento de quebrar o mito de que a certificação de pequenos agricultores é inviável economicamente.

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA / INSTITUIÇÃO

2.1. História

A Ecocert surgiu na França em 1991, sendo criada por um grupo de técnicos que possuíam envolvimento com a produção orgânica. Esta empresa cresceu na França até que resolveram expandir em nível internacional, surgindo a ECOCERT SA, que atua em nível internacional e é acreditada pela agência nacional francesa COFRAC, segundo o guia ISO 65. A sua sede fica na França, mas o seu escritório executivo principal situa-se na Alemanha. A ECOCERT SA espalhou escritórios em mais de 70 países pelo mundo todo, sendo que surgiram associados em diversos países da Europa, como Ecocert Bélgica, Ecocert Itália, Ecocert Portugal, Ecocert Espanha, e posteriormente em diferentes países em diferentes continentes, inclusive no Brasil. No Brasil, inicialmente havia um escritório da ECOCERT SA que a partir de janeiro de 2001, deu origem à Ecocert Brasil. Esta ligação entre as Ecocerts de diferentes países permite uma certificação internacional comum para os seus produtos. A relação que a Ecocert Brasil possui com ECOCERT SA é que baseia-se em contrato para o uso da marca pela Ecocert Brasil e também um contrato de transferência de conhecimentos; ou seja, um apoio técnico em função da experiência que a ECOCERT SA já possui. As certificações de produtos brasileiros para os mercados internacionais são feitas em nome da ECOCERT SA. Em troca, a ECOCERT SA possui uma série de cotas e ações na Ecocert Brasil.

2.2. Dados da Empresa

De acordo com HISTÓRIA (acesso em 8 jan. 2004), a ECOCERT SA está presente em mais de 70 países, em todos os continentes e certifica atualmente cerca de 30.000 produtores e 5.000 empresas. Ela ainda organiza, a cada ano, aproximadamente 800 processos de autorização de importações para a União Européia.

A Ecocert Brasil certifica atualmente 1553 produtores e 35 empresas em 11 Estados, correspondendo a 130.000 toneladas de produtos e 31.000 hectares. (HISTÓRIA, acesso em 8 jan. 2004)

2.3. Tipos de Certificação realizados pela empresa

Esta empresa emite certificados para diferentes mercados, normas e padrões. As certificações que realiza são as seguintes:

- Certificação CEE 2092, que segue o Regulamento de Produção Orgânica da Comunidade Européia;
- Certificação NOP, que está de acordo com o Programa Orgânico Nacional dos Estados Unidos;
- Certificação JAS, que segue a norma JAS de produtos orgânicos, o qual permite a entrada dos nossos produtos no mercado japonês;
- Certificação Nacional, de acordo com a Instrução Normativa 007 / 99 – MAPA;
- Certificação de produtos e processos com base em referenciais técnicos privados (p. ex., Certificação de ausência de OGM);
- Certificação ou Atestação de insumos apropriados para a agricultura orgânica, de acordo com as regras CEE, NOP, JAS e IN007 / 99 (neste caso, a marca da certificação utilizada é da Concert, que uma marca pertencente à Ecocert SA);
- Certificação Bio-Equitable (Organic Fair Trade);
- Num futuro próximo realizará também a Certificação Eurepgap, para que os produtos brasileiros tenham maior ingresso no mercado europeu.

Observa-se que os outros países, além dos pertencentes à Europa, dos EUA, e do Japão, que também são importadores de produtos orgânicos brasileiros, possuem normas equivalentes aos principais regulamentos (CEE, NOP e JAS), portanto as certificações utilizadas nestes casos são as mesmas.

2.4. Características da Empresa

Segundo HISTÓRIA (acesso em 8 jan. 2004), o pessoal da Ecocert é constituído por indivíduos compromissados com a agricultura orgânica e com a preservação do meio ambiente, e é exigido dos mesmos, integridade, trabalho e eficácia. Este mesmo site ressalta que o princípio da confidencialidade é rigorosamente cumprido por todos os agentes da ECOCERT.

A empresa é uma instituição sem fins lucrativos, como todas as certificadoras brasileiras, portanto trabalha com o princípio da integridade e imparcialidade. Por consequente, seus recursos vêm integralmente de seu trabalho, e a Ecocert não possui qualquer envolvimento com a prestação de assistência técnica ou com a comercialização de produtos por ela certificados. Os clientes são tratados de forma rigorosamente equânime, sem privilégios, baseado-se no estrito cumprimento dos regulamentos da agricultura orgânica. (HISTÓRIA., acesso em 8 jan. 2004)

A Ecocert busca programas de inspecção rentáveis, combinando diferentes sistemas de certificação ou compartilhando as inspeções com outras agências de certificação. As tarifas da Ecocert são transparentes. Os orçamentos propostos antes de qualquer comprometimento dos clientes com o serviço, são avaliados exclusivamente pelo tempo gasto no projeto e custos complementares associados (exemplo: análises de laboratório). Não existe qualquer custo adicional pelo uso da marca ou logotipo ECOCERT. (AS VANTAGENS..., acesso em 08 jan. 2004)

Apesar de possuir apenas um escritório, localizado em Florianópolis, a Ecocert atua em todas as regiões do Brasil. Existe uma demanda crescente de seus serviços, acarretando às vezes, em uma sobrecarga relativamente grande sobre os dois inspetores fixos da empresa. Por este motivo, nas épocas em que a demanda de certificações está muito alta, a empresa recorre aos seus inspetores esporádicos, que são engenheiros agrônomos treinados. Eles fazem parte da equipe Ecocert com termo de compromisso assinado, mas também possuem outros vínculos empregatícios. Ressalta-se que a Ecocert Brasil é uma instituição em fase de expansão, em função de seu curto período de existência. A tendência é, portanto que em futuro próximo, ela terá necessidade de mais inspetores permanentes.

2.5. Equipe

A equipe da Ecocert é composta pelos seguintes membros:

Executivos

- Diretor Executivo/Responsável certificação: João Augusto de Oliveira, Eng^o Agr^o MSc;
- Responsável de Qualidade: Vanice Dolores Bazzo Schmidt, Eng^a Agr^a ;
- Responsável Administrativa: Marília Schuch de Oliveira;
- Responsável Técnico: Arlei José Matthes, Eng^o Agr^o.

Presidência e Conselhos

- Presidente: Lícia Brancher, Eng^a Agr^a MSc;
- Presidente do Conselho de Certificação: Prof. Dr. Paulo Emilio Lovato (UFSC);
- Presidente do Conselho de Recursos: Dr. Paulo Roberto da Silva.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA

3.1. Certificação por auditoria padrão

3.1.1. Etapas e procedimentos do processo de certificação

Na Ecocert Brasil, como em qualquer certificadora, são realizados dois tipos de atividades; as atividades de escritório e as atividades de campo, que são as inspeções, também chamadas de visitas. Essas atividades estão distribuídas em etapas do processo de certificação, intercaladamente, as quais estão descritas abaixo:

1) Formulário de Solicitação:

O operador entra em contato com a certificadora, a qual por sua vez, o envia o formulário de solicitação, que pode ser mandado por fax, e-mail, ou correio. Segundo APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional... (p.5, acesso em 08 jan. 2004), operador "é toda pessoa física ou jurídica que produz, prepara

(transforma, conserva, acondiciona, rotula), exporta ou importa e comercializa produtos orgânicos". Ele pode ser um agricultor, uma empresa, uma indústria de transformação/beneficiamento ou uma empresa de comercialização. O formulário serve para o operador descrever as atividades que desenvolve, os meios de produção e/ou transformação e/ou comercialização, e/ou importação e/ou exportação. (APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., acesso em 08 jan. 2004) Neste formulário também, ele escolhe quais tipos de certificação pretende obter (IN 007 / 99 – MAPA, CEE, NOP, JAS, ou de referenciais privados). Depois de preenchido e assinado, o formulário é enviado novamente para a Ecocert. Com base nestas informações, o responsável pelas certificações, irá avaliar se convém inspecionar ou não. Se for decidido que isso convém, ele poderá fazer uma estimativa de custos de certificação, podendo então, partir-se para a segunda etapa.

2) Comprometimento em relação à produção orgânica (Orçamento / Contrato / Referencial Técnico):

O responsável pelas certificações faz um orçamento personalizado e envia ao operador. Nesse orçamento, estão incluídos os custos de inspeção, de certificação e de eventuais análises de laboratório. A Ecocert cobra 450 reais por dia de inspeção, quando a certificação é apenas nacional (IN 007 / 99 – MAPA) e 660 reais por dia de inspeção, quando a certificação é para exportação, seja certificação CEE, NOP, JAS, ou todos eles. Se o operador concordar com os custos, ele assina o orçamento e envia de volta à certificadora por fax ou correio.

Em seguida, o responsável pelas certificações envia um "Contrato de prestação do serviço de controle e certificação desejado, e um Termo de Compromisso do produtor, de respeito às regras de produção orgânica" (APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., acesso em 08 jan. 2004), os quais serão firmados entre a Ecocert Brasil e o operador. No contrato, como consta em APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional... (acesso em 08 jan. 2004), o operador se compromete em:

- "aceitar o inspetor designado pela Ecocert Brasil ou informá-la no caso de recusa do mesmo;
- trabalhar em conformidade com o referencial de produção adotado;

- aceitar as visitas de inspeção, anunciadas ou não, no conjunto dos locais de produção;
- aceitar a coleta de amostras para análises de laboratório;
- aceitar o acesso do inspetor aos elementos contábeis e demais registros, assim como a aferição dos mesmos;
- responsabilizar-se pelos custos referentes a eventuais inspeções complementares após uma divergência grave em relação às regras de produção orgânica, prevista na grade de sanções;
- comunicar à Ecocert Brasil, por carta registrada, fax ou mail, toda intervenção não autorizada (química ou de outra natureza) no sistema de produção ou sobre os produtos;
- comunicar com antecedência à Ecocert Brasil toda operação de transformação terceirizada ou própria de produtos orgânicos se a mesma é efetuada de forma não sistemática”.

3) Avaliação / inspeção:

Depois de receber o contrato assinado juntamente com o pagamento de 50 % do total do orçamento, o responsável pelas certificações emite uma Ordem de Missão de Inspeção e entrega para o inspetor designado. Este inspetor contacta o operador para agendar a inspeção. É preferível, que o operador mande antecipadamente todos os documentos necessários como o croqui da propriedade; que indica onde estão as diferentes parcelas e instalações, como também as estradas e córregos; o croqui da instalação de transformação, o croqui da instalação de comercialização, a Ficha de Histórico de Parcelas, e documentos contábeis e comprovantes. Isso não é absolutamente obrigatório; o que faltar, dependendo do documento, pode ser entregue ao inspetor no momento da visita, ou até mesmo pode ser enviado ao escritório após o retorno, do inspetor.

Contudo, enquanto a certificadora não possuir todos os documentos necessários, o certificado não será emitido. É, portanto, de interesse do operador enviá-los o mais rápido possível. “O inspetor realiza, então, uma visita ao projeto, observando todo o processo, da produção da matéria-prima à comercialização do produto final, passando pela transformação, armazenagem e contabilidade.” (APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., p.10, acesso em 08 jan. 2004)

As visitas podem ser de 100 % de inspeção, que é o que ocorre na maioria dos casos, ou de no mínimo 20 % no caso de certificação em grupo por amostragem, feita para pequenos agricultores agrupados em associações. Neste segundo caso, as associações precisam ter um Sistema de Controle Interno que faça inspeção em 100 % dos agricultores. Este assunto sobre certificação em grupo por amostragem será discutido em detalhe mais adiante.

A função destas inspeções é avaliar o comprometimento do operador com as regras da agricultura orgânica. (APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., acesso em 08 jan. 2004) As vistorias ocorrem uma vez por ano, para que o contrato seja renovado. Porém, além destas vistorias de certificação e de renovação de contrato, também podem ser feitas vistorias inesperadas, sem aviso prévio. Contudo, estas vistorias surpresa não são feitas com muita frequência; ocorrem mais no caso de suspeita de alguma irregularidade ou não conformidade. O inspetor precisa fazer uma pesquisa de resíduos para saber se há alguma contaminação. Esta investigação é feita com base no conhecimento que se tem a respeito dos produtos utilizados nas culturas convencionais, e nas substâncias que podem contaminar os produtos orgânicos na hora do transporte, estocagem, etc. (APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., acesso em 08 jan. 2004) Por este motivo, durante as visitas, normalmente são feitas coletas de amostras para análises de laboratório, as quais devem ser feitas "sempre em três exemplares; uma contra-amostra que fica com o cliente, uma que fica com a certificadora e a amostra que vai para o laboratório". (INSPEÇÃO..., p.3, acesso em 08 jan. 2004)

Estas amostras podem ser de solo, de folhas, ramos, ou outras partes de plantas, de água ou até do próprio produto já pronto para a comercialização. "Essas coletas e formação de amostras obedecem a padrões técnicos e legais e são coletadas em presença do interessado e os laboratórios devem ser habilitados pela ECOCERT BRASIL." (APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., p.10, acesso em 08 jan. 2004)

O inspetor também recolhe do operador, quaisquer documentos que tenham faltado. Ao longo da visita, para que nada seja esquecido, o inspetor normalmente faz várias anotações de detalhes e procedimentos como também de divergências que podem ter sido encontradas. Estas divergências serão comunicadas ao operador e lhe será explicado como corrigi-las.

Se as divergências forem muito graves, como a utilização de algum produto que não seja permitido pela regulamentação de orgânicos em questão, o produtor não poderá receber o certificado de orgânico imediatamente. Ele terá que suspender imediatamente o uso do produto e ainda esperar o tempo de conversão, para que o seu produto possa adquirir um selo de orgânico. Ao longo deste período de conversão, haverá novas inspeções para que a certificadora possa acompanhar o processo e verificar se o operador está utilizando as práticas adequadas.

Isto se aplica no caso de toda a produção do operador ser contaminada pelo produto proibido. Se a contaminação ocorrer apenas em uma ou algumas parcelas da propriedade, não afetando deste modo, todos os produtos (as outras parcelas não serão afetadas se possuírem um bom isolamento em função, por exemplo, de uma boa barreira de proteção ou de uma grande distância com relação à parcela contaminada), o operador poderá receber um certificado de orgânico para os produtos não contaminados. Para isso, na hora da colheita, ou do processamento / beneficiamento / embalagem, no período de armazenagem e no momento da comercialização, tais produtos contaminados estejam comprovadamente totalmente separados, sem o mínimo contato e portanto sem a mínima possibilidade de contaminação. As parcelas contaminadas, para esta certificação, serão desclassificadas. Se o operador quiser que toda a sua produção seja orgânica, ele irá suspender imediatamente o uso do produto proibido, se for o caso. Se a contaminação for proveniente de outra propriedade, ele terá que fazer uma barreira de isolamento bem reforçada, e então na próxima inspeção, a parcela já poderá ser classificada como sendo em conversão.

Se as divergências não forem graves; o produtor poderá receber logo após o término do processo de certificação, o seu certificado de orgânico, com a condição de que na próxima inspeção, ele tenha já corrigido as irregularidades. Esta condição será registrada no relatório de inspeção, no item de divergências. Um exemplo de divergência que não é grave seria no caso de uma parcela da lavoura do operador necessitar de um reforço de suas barreiras de separação de outras parcelas não-orgânicas ou de propriedades vizinhas. No entanto, este exemplo pode também ser de divergência grave. Depende se é utilizado algum tipo de produto tóxico próximo a esta barreira.

Assim que os resultados das análises de laboratório chegarem ao escritório, e que todos os documentos do operador estiverem em mãos, o inspetor irá elaborar um Relatório de Inspeção, que segue um padrão de acordo com o tipo de certificação. Se o operador quiser apenas o certificado nacional, o relatório padrão baseia-se na Instrução Normativa 007 / 99. Se o operador quiser exportar os seus produtos, ele poderá adquirir um certificado CEE, em que o relatório segue a regulamentação do CEE, se o seu mercado alvo for a Europa. Se o seu mercado alvo for os EUA, ele irá precisar de um certificado NOP, neste caso o relatório irá seguir as normas NOP. Se o mercado de destino de seus produtos for o Japão, o relatório terá que seguir as regras do JAS. Se ele quiser exportar para todos estes mercados, o operador terá que ter todas estas certificações, e portanto os seus produtos precisam estar dentro de todas as normas de certificação.

4) Certificação:

Depois de serem elaborados pelo inspetor, os relatórios de inspeção serão encaminhados ao Responsável de Certificação. Se houver muitas divergências graves, às quais podem ser descobertas ou confirmadas somente após a chegada dos resultados de análise de laboratório, a certificação imediata não será possível. Neste caso, a certificadora irá enviar um relatório de avaliação ao operador, que especifica todas as divergências encontradas. Se o mesmo, ainda quiser trabalhar com produção orgânica, ele terá que corrigir as falhas do seu sistema de produção e esperar o tempo de conversão para receber o seu certificado. Por vezes, a opinião do Responsável de Certificação difere da opinião do inspetor a respeito da decisão de certificação, ou então, o primeiro pode ter dúvidas a respeito de sua decisão de certificação. Neste caso, o relatório é encaminhado ao Conselho de Certificação. Este Conselho de Certificação é composto pelo Presidente da Certificadora, pelo Presidente do Conselho de Certificação e pelo Presidente do Conselho de Recursos, os quais já foram mencionados anteriormente. Em conjunto, eles tomarão uma decisão.

Se a decisão for de certificar, uma ficha com a decisão de certificação será encaminhada ao operador, junto com o relatório de inspeção. Assim que o operador pagar o restante do orçamento, e firmar a decisão de certificação, o que significa que ele respeita as solicitações de ações corretivas nos casos em que

houver, ele receberá o certificado de orgânico emitido pela Ecocert Brasil. “Com ele, o(s) produto(s) certificado(s) poderá(ão) ser comercializado(s) com a seguinte menção no rótulo: **‘certificado pela ECOCERT BRASIL – P. 0729 – DFA/SC’.**” (APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., p.11, acesso em 08 jan. 2004)

É obrigatório mencionar a certificadora no rótulo, mas não é preciso usar o logotipo ECOCERT nas embalagens e/ou documentos, sendo que se o operador optar por utilizá-lo, é necessária a consulta prévia à certificadora para aprovação dos rótulos. A utilização do nome e logo ECOCERT BRASIL não envolve nenhum custo adicional para os operadores certificados pela mesma. (APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., acesso em 08 jan. 2004)

5) Acompanhamento:

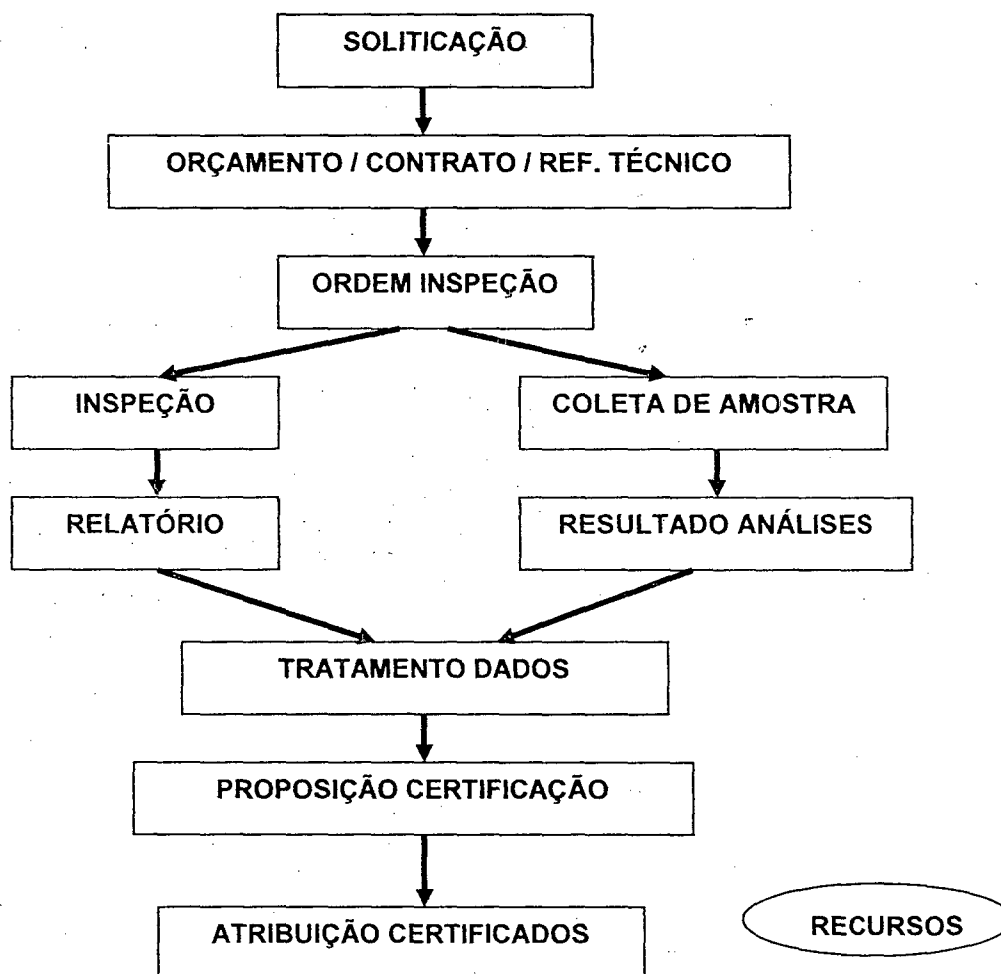
Após a emissão do certificado ao operador, é preciso se fazer um acompanhamento da produção do mesmo ao longo dos anos para se certificar que ele continua utilizando práticas condizentes com as normas da agricultura orgânica. É feita, no mínimo, uma inspeção por ano, para que haja uma renovação de contrato anual entre o operador e a empresa. Cada vez que se renova o contrato, o operador recebe uma licença, que [...] “atesta o compromisso do operador em respeitar as regras da produção orgânica e concede o direito de uso da marca de certificação.” (APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., p.5, acesso em 08 jan. 2004) Como já foi mencionado anteriormente, além destas inspeções anuais, também podem ser feitas outras inspeções sem aviso prévio, normalmente feitas quando há suspeita de alguma irregularidade. Outros casos em que são necessárias novas inspeções além das anuais, é quando possa ter havido alguma mudança nas exigências das normas de certificação, ou então se o operador resolver incluir um ou mais novos produtos em sua cadeia de produção. “O operador deve informar à Ecocert Brasil, em tempo real, toda modificação de seu sistema de produção ou gama de produtos a certificar.” (APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., p.5, acesso em 08 jan. 2004)

Todos os documentos do operador referentes a seus produtos orgânicos e aos processos envolvidos na produção dos mesmos devem ser guardados por no mínimo cinco anos, pois eles podem ser solicitados à verificação em alguma inspeção. Observa-se que esta etapa é tão importante e necessária quanto as

outras no processo de certificação, para garantir ao consumidor a qualidade e legitimidade do produto.

Abaixo está inserido um esquema resumido das etapas do processo de certificação no Brasil, o qual foi extraído de APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., (p.9, acesso em 08 jan. 2004):

RESUMO DAS ETAPAS DA CERTIFICAÇÃO ECOCERT BRASIL



Caso o cliente ou o consumidor tiver dúvidas a respeito da decisão de certificação ou não aceitá-la por algum motivo, ele pode recorrer ao Conselho de Recursos e solicitar a revisão da decisão. (APRESENTAÇÃO... Certificação Nacional..., acesso em 08 jan. 2004)

3.2. Certificação em grupo por amostragem

Além da certificação padrão de produtos orgânicos, a Ecocert também faz a certificação em grupo por amostragem, para que os pequenos agricultores também tenham acesso à certificação, pois do contrário, ela seria economicamente inviável aos mesmos. No entanto, este tipo de certificação só se aplica para agricultores que estejam organizados em torno de uma empresa ou grupo, na forma de cooperativa, associação, condomínio ou outra forma legal, pois é necessário que haja um controle interno. (INSPEÇÃO..., acesso em 08 jan. 2004)

Este tipo de certificação funciona através da presença de dois sistemas de controle; o controle interno (SCI) e o controle externo. O controle interno funciona da seguinte maneira; cada grupo ou empresa, possui um sistema de controle interno, cujas normas são orientadas pela Ecocert Brasil no primeiro contato entre empresa e operador. Este controle é responsável por 100 % de inspeção; ou seja; os técnicos da entidade têm o compromisso de visitar anualmente, todos os produtores inscritos no projeto.

“O Serviço de Controle Interno deverá manter um conjunto de documentos para cada produtor, a saber:

- Croquis de cada propriedade inscrita no projeto com localização das lavouras orgânicas (e convencionais se for o caso); estradas, cursos d'água e instalações;
 - Termo de compromisso de cada produtor quanto à aplicação das normas da agricultura orgânica (com data do início da conversão para agricultura orgânica);
 - Histórico de parcelas (3 anos), com indicação dos insumos utilizados e rendimentos obtidos, de cada parcela (lote/talhão) de cada produtor;
 - Laudo de inspeção em controle interno de todos os produtores visitados, indicando aqueles com problemas (não-conformidades) detectados nas visitas de inspeção, descrição dos estoques de insumos e produtos de cada propriedade e medidas de separação dos mesmos.”
- (INSPEÇÃO..., p.2, acesso em 08 jan. 2004)

Quanto ao controle externo; o mesmo é exercido pela certificadora, no caso a Ecocert Brasil. Este controle dá-se através de inspeções por amostragem ou

seja, nem todos os produtores são visitados pela Ecocert; apenas uma porcentagem é auditada. Essa porcentagem é de, no mínimo, 20% dos produtores pertencentes ao grupo ou empresa, mas ela varia "conforme cada projeto, em função do sistema de controle interno, das culturas e dos riscos potenciais". (INSPEÇÃO..., p. 3, acesso em 08 jan. 2004) Quem define isso é a certificadora, mas dentro desta porcentagem, não estão incluídos os produtores com mais de 25 ha de cultivos orgânicos. Estes precisam ser inspecionados individualmente pela certificadora. Por isso, outro pré-requisito para este tipo de certificação é que a maioria dos integrantes do grupo sejam pequenos produtores. Portanto, o grupo tem que ser formado por mais de 50% de produtores com menos de 5 ha de cultivos orgânicos, ou então, por mais de 70% de produtores com até 10 ha de cultivos orgânicos. (INSPEÇÃO..., acesso em 08 jan. 2004)

Estas inspeções se dão anualmente, e os procedimentos deste controle são semelhantes aos realizados em certificações padrões, com a diferença de que além dos agricultores, o SCI também tem que ser inspecionado, sendo que isso ocorre através de uma auditoria. Nessa auditoria, serão analisados os procedimentos utilizados pelo SCI, a abrangência das inspeções e a compatibilidade com as exigências da certificação. (INSPEÇÃO..., acesso em 08 jan. 2004) Outra diferença é que na certificação em grupo por amostragem, o certificado sai em nome da entidade na qual os produtores estão organizados. Esta é uma vantagem deste sistema, pois é de interesse de cada produtor que todos os integrantes do grupo estejam seguindo corretamente as normas de certificação. Portanto, a fiscalização, além de ser feita pelos técnicos responsáveis, também é "feita pelos vizinhos".

Este tipo de certificação foi originalmente desenvolvida pela IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements, em parceria com diversas outras entidades, entre elas a Via Campesina, instituição internacional de representação da agricultura familiar, como forma de baratear os custos, além de fortalecer as organizações sociais dos agricultores. (CARVALHO; KAMIYAMA; DRIGO; acesso em 30 maio 2004)

4. CERTIFICAÇÃO NO BRASIL

Para que se possa discutir a respeito do tema certificação de produtos orgânicos, é preciso primeiramente entender o conceito de certificação. Segundo Oltramari; Zoldan; Altmann, (p. 9, 2002), a certificação tem o seguinte conceito:

A certificação é um dos principais mecanismos de garantia da qualidade dos alimentos. A certificação envolve quatro fatores: normas, práticas constantes e legais dos agricultores, órgãos certificadores e organismos credenciadores; portanto, deve possuir um agente regulamentador (que dita as normas), que pode ser o governo ou uma instituição internaconal, e um agente coordenador (órgão certificador que coordena o processo), que pode ser uma associação privada, uma organização não-governamental, uma empresa privada ou uma empresa estatal.

AGRICULTURA..., p.1 (2003), dá uma definição de certificação de produção orgânica que é a seguinte:

A certificação é um processo de fiscalização e inspeção das propriedades agrícolas e processos de produção que verifica se o alimento está sendo cultivado e/ou processado de acordo com as normas de produção orgânicas. O processo envolve uma série de cuidados que vão da desintoxicação do solo à preservação do meio ambiente, passando por análises de qualidade, rastreabilidade, sustentabilidade e verificação rotineira do nível de contaminação dos alimentos.

A definição mais recente de certificação da produção orgânica é a fornecida por Carvalho et al. (p.4, acesso em 30 maio 2004):

O processo de acompanhamento da produção através do qual é garantida ao consumidor a qualidade da produção orgânica, definida pela lei 10.831 de 23 / 12 / 2003. Os princípios básicos que precisam ser atendidos por este processo são: transparência, eficiência técnica, imparcialidade e confidencialidade.

De acordo com OLTRAMARI; ZOLDAN; ALTMANN (2002), os principais órgãos certificadores nacionais são o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento (IBD), a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), a Cooperativa Colméia, do Rio Grande do Sul, a Associação de Agricultura Natural, de Campinas (ANC), a Fundação Mokiti Okada (MOA), do estado de São Paulo, a Associação de Agricultores Biológicos (Abio), do Rio de Janeiro, a Assesoar e a Associação de Agricultura Orgânica (Aopa), no Paraná, a Rede Ecovida de Agroecologia, Associação Orgânica e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina (Fundagro). Ainda segundo OLTRAMARI, et al. (2002), atuam também no país, certificadoras internacionais,

como a BCS Öko Garantie (Alemanha) e a FVO (USA). A Ecocert Brasil, também é uma das principais certificadores nacionais, contudo estes autores consideraram-na como sendo internacional, pois a pouco tempo atrás, não existia a Ecocert Brasil, e sim um escritório da Ecocert SA, que pertence à França. Além destas, o site do Planeta Orgânico ainda cita APAN, CHÃO VIVO, CMO, IMO, OIA, SAPUCAÍ e SKAL. (QUEM ..., acesso em 25 maio 2004)

4.1. Histórico e situação atual da certificação no Brasil

Embora já sejam comercializados no Brasil há bastante tempo, os produtos orgânicos nacionais não possuíam o selo nacional de qualidade e origem de Agricultura Orgânica. Não havia, portanto, a garantia ao consumidor da qualidade destes produtos. Por este mesmo motivo, a maioria das certificações feitas no Brasil visava à exportação, e era realizada por certificadoras internacionais. Os produtos certificados pelas mesmas recebiam um selo internacional de qualidade. O selo nacional não existia devido às legislações sobre agricultura orgânica no Brasil ainda estarem em tramitação. O processo de certificação no Brasil foi introduzido pelas ONGs, e baseou-se até o presente momento, nas normas internacionais de certificação, como as normas da IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements -, a ISO 65 da Europa e a Ocia – Organic Crop Improvement Association – dos Estados Unidos e Canadá. (OLTRAMARI, et al., 2002)

Os problemas ambientais e os riscos à saúde humana provocados pela agricultura convencional, já são conhecidos há bastante tempo, tanto é que já existe a lei sobre os defensivos agrícolas desde 1989. (LEI n.º 7.802, 12 jul. 1989). Contudo, a agricultura só foi iniciar a sua regulamentação legislativa, a partir de 1999, quando surgiu a Instrução Normativa n.º 07 de 17 de maio de 1999, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, atual MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a qual estabelecia “as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal”. (OLTRAMARI, et al., 2002) Esta instrução se encontra em anexo.

A Instrução Normativa nº 7 de 17 de maio de 1999 marcou o início da regulamentação dos sistemas orgânicos de produção agropecuária no Brasil. Sua elaboração foi fruto de intensa mobilização dos setores da Sociedade Civil envolvidos com a Agroecologia, preocupados com a crescente demanda por produtos orgânicos e com os problemas decorrentes de uma expansão desordenada do mercado daqueles produtos, na inexistência de regras definidas para produção e comercialização. (INSTRUÇÃO Normativa nº 7, acesso em 28 maio 2004)

Segundo INSTRUÇÃO Normativa nº 7 (acesso em 28 maio 2004), a IN 007 / 99 teve os méritos de ter sido a primeira referência legal da Agricultura Orgânica no País, e ter surgido a partir de um processo que contou com a participação da Sociedade Civil, e de organizações envolvidas com a questão agroecológica. Dentre estas organizações estavam a AAO de São Paulo, o IBD de Botucatu e a APTA do Espírito Santo. (INSTRUÇÃO Normativa nº 7, acesso em 28 maio 2004). Mais tarde, a Instrução teve que ser modificada pela Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura em função de alguns entraves de ordem operacional. (INSTRUÇÃO Normativa nº 7, acesso em 28 maio 2004)

Algumas certificadoras brasileiras, mesmo sem possuir acreditação nacional, já certificavam produtos brasileiros de acordo com a Instrução Normativa 07 de 17 / 05 / 99, exercendo deste modo, fortes pressões sobre o Ministério da Agricultura, o que resultou numa agilização da legislação. No dia 10 de janeiro de 2002, a Instrução Normativa 007 / 99 foi complementada pela Instrução Normativa SDA nº 06, com relação aos critérios de credenciamento das certificadoras, sendo que este texto "tomou por base as Normas para Credenciamento de Certificadoras da IFOAM, de 1998. Estas incorporavam critérios estabelecidos pela norma internacional ISO 65, que regulamenta os diversos organismos certificadores (INSTRUÇÃO Normativa nº 6, acesso em 28 maio 2004). Esta Instrução Normativa se encontra em anexo.

Em 23 de dezembro de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.831, que define o que é agricultura orgânica, estabelece as sanções a serem sofridas pelos infratores desta lei como também "os critérios gerais de futura regulamentação por parte do Executivo quanto ao registro dos produtores, comercialização e certificação dos produtos e outros procedimentos". (ORGÂNICOS..., p.1, acesso em 30 maio 2004) A definição de agricultura orgânica segundo esta lei é a seguinte:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e

socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (Lei n.º 10.831 de 23/12/2003)

Como citado acima, a regulamentação desta lei ainda precisa ser feita pelo Executivo. Portanto ainda falta uma etapa do processo de regularização da certificação nacional de produtos orgânicos, estando incluídos neste processo a rotulagem destes produtos através dos selos nacionais. Quanto a esta última etapa, de acordo com o supervisor do estágio, João Augusto de Oliveira, existe a previsão de que até outubro de 2004 deverá ser lançado o regulamento de consulta pública da Instrução Normativa que deverá regulamentar tais questões, para o Ministro da Agricultura assinar o decreto de regulamentação em janeiro de 2005. Esta Instrução Normativa será elaborada com base no Projeto de CNPq n.º 520874 / 01-3 de "Apoio ao desenvolvimento de Normas, Processos de Certificação e Programas de Acreditação de Certificadoras de Produtos Orgânicos oriundos da Agricultura Familiar no Brasil para Comercialização no Mercado Interno e Externo." (FONSECA, 2004, p.1) Por enquanto, ainda segundo João Augusto de Oliveira, o atual Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, irá lançar provavelmente até o final deste mês de junho, uma Instrução Normativa Provisória que regula provisoriamente a rotulagem de produtos orgânicos no Brasil.

Santa Catarina está na frente quanto à legislação de produtos orgânicos no Brasil. O Estado possui, desde 2002, uma lei estadual sobre a Certificação de Qualidade, Origem e Identificação de Produtos Agrícolas e de Alimentos, que é a Lei N.º 12.117, de 07 de janeiro de 2002, como consta em LEI n.º 12.117..., (acesso em 01 jun. 2004). Contudo, esta lei, até o final do ano de 2003, não podia ser posta em prática com relação à agricultura orgânica, pelo fato de não existir ainda lei nacional que definisse o termo agricultura orgânica e regulasse, mesmo que de forma incompleta, os procedimentos envolvidos. Portanto, a certificação nacional ainda estava impossibilitada pelo fato de as certificadoras brasileiras ainda não poderem receber acreditação nacional.

Em função da atual presença destas duas leis, a nacional e a estadual, desde o final de abril deste ano, iniciou-se o processo de creditações de certificadoras brasileiras pelo Governo de Santa Catarina, sendo que a Ecocert Brasil foi a primeira certificadora brasileira a ser acreditada. Já foi feita a primeira certificação internacional da Ecocert Brasil com o selo estadual, pois este foi aceito pela Coréia do Sul. Abaixo, se encontra uma figura do selo catarinense de produto orgânico:



Fonte: www.acaq.org.br/artigos/selos.htm

4.2. A importância da certificação: um assunto polêmico

A certificação de produtos orgânicos no Brasil é um assunto extremamente polêmico, tanto por questões de princípios quanto por questões metodológicas. As questões de princípios dizem respeito à dúvida de que a certificação esteja contribuindo para a promoção da agroecologia. Também se questiona quais seriam os impactos causados pela adoção de uma ou outra forma de certificação. As dúvidas referentes à metodologias, referem-se às formas em que a certificação é realizada. (CAZELLA; ABREU; SANTOS, 2004)

Esta polêmica, que gerou e gera até os dias de hoje, conflitos e debates, nem sempre amigáveis, é confirmada por Fonseca, et al., (2003, apud SOUZA; BULHÕES, 2002, p.26), que afirma que “O grupo trabalhou por dois anos e os principais conflitos giraram em torno: (i) do mérito da certificação – se era necessário ou mesmo conveniente ter uma regulamentação para certificar produtos orgânicos; e (ii) do modelo de certificação – que incluía a definição de quem deveriam ser os organismos certificadores e qual o processo de certificação a ser adotado.” Ainda segundo Fonseca et al., os contrários à certificação alegavam que ela gerava custos e que a responsabilidade de alertar os consumidores seria dos “produtores que contaminavam os alimentos com uso

inadequado de químicos de síntese”. Aqueles a favor da certificação afirmavam ser esta uma oportunidade para a agricultura orgânica do Brasil.

Carvalho et al. (acesso em 30 maio 2004, p.1) também questiona se o objetivo da certificação da agricultura orgânica é criar mecanismos que favoreçam a participação da agricultura familiar neste mercado. Também demonstra que a própria lei brasileira sobre agricultura orgânica não define bem a questão a respeito da obrigatoriedade ou não da certificação dos produtos orgânicos, pois enquanto que “o artigo 3º considera que: ‘Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo os critérios estabelecidos em regulamento.’”, os parágrafos 1 e 2 fazem as seguintes ressalvas:

“§ 1º. No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurado aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

§ 2º. A certificação da produção orgânica, de que trata o caput deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no país.’ “

Atualmente, creio que a maioria dos “experts” no assunto apoia a certificação e a considera essencial, seja por meio de certificação participativa, seja por auditoria. Esta essencialidade, de acordo com Fonseca, et. al. (2003, p.26), tem origem na necessidade em regulamentar os alimentos orgânicos, que surge com “o distanciamento entre agricultores e consumidores e o crescimento de um mercado anônimo envolvendo longas redes de fornecimento.”

Outros autores afirmam que a certificação é benéfica tanto para o agricultor/produtor quanto para o consumidor; porque ela “surgiu da necessidade de se identificar a procedência e o processamento de um alimento orgânico,

permitindo ao agricultor mais agregação de valor à produção e ao consumidor mais confiança em relação ao produto.” (OLTRAMARI, et al., 2002, p.9)

Esses autores continuam por argumentar que, a confiança do consumidor em relação ao produto não é somente com relação aos efeitos do mesmo sobre a sua saúde, como também dos benefícios que o mesmo traz ao meio ambiente. O selo de certificação orgânica dá ao consumidor mais que “um produto isento de contaminação química”. Ele garante também que tal produto resulta de “uma agricultura capaz de assegurar qualidade do ambiente natural, qualidade nutricional e biológica de alimentos e qualidade de vida para quem vive no campo e nas cidades”. “Ou seja, o selo de ‘orgânico’ é o símbolo não apenas de produtos isolados, mas também de processos mais ecológicos de se plantar, cultivar e colher alimentos.”

Eles acreditam também, que outras vantagens da certificação são que primeiramente, a produção orgânica se torna “tecnicamente mais eficiente, a medida em que exige planejamento e documentação criteriosa por parte do produtor”, e, segundo, que promove e divulga os “princípios norteadores da agricultura orgânica na sociedade, colaborando, assim, para o crescimento do interesse pelo consumo de alimentos orgânicos.”

Outros ressaltam que a certificação é mais que um instrumento de confiabilidade para o mercado dos produtos orgânicos. Ela serve de “estratégia de construção da cidadania, buscando mobilizar tanto as comunidades regionais quanto a sociedade como um todo, pela produção e consumo de alimentos mais saudáveis e harmonizados com as atuais demandas de preservação dos ambientes naturais.”(QUEM..., acesso em 25 maio 2004)

Ao meu ver, a forma como a certificação é feita deve respeitar a realidade de cada agricultor ou comunidade, sendo que tanto pode ser participativa, quanto pode ser por auditoria, dependendo das condições e dos objetivos dos mesmos. Contudo, nos dias de hoje, de um modo ou de outro, ela é de fundamental necessidade, para o sucesso da agricultura orgânica no país e no mundo. Acredito que para a certificação em nível nacional, a certificação participativa deve ser suficiente nos casos em que a comercialização é feita de forma direta, sendo que nestes casos, “a estruturação e fortalecimento da organização social poderá dar a garantia necessária ao consumidor da qualidade, comprovável pela rastreabilidade.” (CARVALHO et al., acesso em 30 maio 2004) Portanto, avalio

que a certificação deverá ser regulamentada na legislação brasileira como sendo facultativa, pois a certificação por auditoria é do próprio interesse dos produtores, quando os mesmos objetivam a exportação de seus produtos, de modo que não precisa ser imposta.

4.3. Comparação de custos para certificação individual e certificação em grupo

Existe um mito de que a certificação formal é economicamente inviável para o pequeno produtor; o que é entendido no texto de Pereira e Karall (acesso em 31 maio 2004, p.1), quando é dito que "Além do receio de burocracia excessiva existe a preocupação com os custos que se imagina serem muito altos."

No texto de Carvalho et al. (acesso em 30 maio 2004, p.1), existe outro indicativo da existência deste mito, ao dizer que "Uma parcela significativa do movimento orgânico brasileiro, considera que a certificação é um processo de exclusão da agricultura familiar, não somente por questões associadas aos custos da sua obtenção, mas também por conta das dificuldades técnicas e culturais de absorver uma proposta gestada distante do universo de compreensão em que vive grande parte destes produtores, em que a honra e a palavra dada são garantias suficientes nas relações comerciais personalizadas."

Com base nesse mito, muitas pessoas acreditam que a única forma de viabilizar economicamente a certificação do mesmo é através da certificação participativa. A certificação participativa não deixa de ser uma boa alternativa para os pequenos produtores, mas ela funciona mais em nível local e acaba sendo limitada, a partir do momento em que os produtores tenham interesse em exportar os seus produtos ou em envolver-se em cadeias longas de comercialização. Esta afirmação é confirmada por Toledo (acesso em 30 maio 2004 apud BNDES, 2002, p.2), quando diz que "À medida que os produtores passaram a ter interesse no mercado externo, surgiu a necessidade de certificação dos produtos por instituições reconhecidas internacionalmente e para que isso fosse possível, a produção, o armazenamento e o transporte teriam que obedecer aos padrões internacionais e, preferencialmente, formais."

Contudo, existe uma alternativa para a certificação dos pequenos agricultores, a qual é formalizada, permitindo com que os mesmos possam inclusive exportar os seus produtos orgânicos de forma competitiva com as empresas maiores. Esta alternativa é a certificação em grupo por amostragem, a qual já foi detalhada anteriormente.

Para demonstrar a viabilidade econômica deste tipo de certificação e compará-la com a certificação comum, resolvi fazer uma pesquisa de custos de certificação para os projetos da Ecocert Brasil. Pesquisei, nos arquivos da empresa, os custos de todos os projetos realizados entre 2002 e fevereiro de 2004, e separei os projetos de certificação em grupo por amostragem dos projetos comuns. Calculei primeiramente a média de custos para cada tipo de certificação e em seguida, calculei a média ponderada de custos por agricultor por certificação:

Média dos custos da certificação individual:

CP = custo do projeto

$M = (CP1 + CP2 + CP3 + + CP18) \div \text{número de projetos}$

$M = (4000 + 5650 + 3260 + 6600 + 3000 + 6450 + 14000 + 1700 + 2560 + 4400 + 5380 + 5000 + 2400 + 4600 + 6400 + 5400 + 7000 + 5500) \div 18$

$M = 93300 \div 18$

$M = 5.183,34$ reais por certificação.

Média dos custos da certificação em grupo:

CP = custo do projeto

$M = (CP1 + CP2 + CP3 + + CP8) \div \text{número de projetos}$

$M = (3700 + 31000 + 4100 + 4457 + 18333 + 25857 + 13800 + 4200) \div 8$

$M = 105447 \div 8$

$M = 13.180,88$ reais por certificação (projeto).

Média ponderada dos custos por produtor para certificação em grupo (com SCI):

$M = (CP1/n1 + CP2/n2 + CP3/n3 + + CP8/n8) \div 8$

$$M = (3700/34 + 31000/355 + 4100/40 + 4457/29 + 18333/163 + 25857/415 + 13800/120 + 4200/30) \div 8$$

$$M = (108,82 + 87,32 + 102,5 + 153,69 + 112,47 + 62,31 + 115 + 140) \div 8$$

$$M = 882,11 \div 8$$

M = 110,26 reais por produtor por certificação.

$$M = 110,26/12 = 9,19 \text{ reais por mês por produtor.}$$

Estes resultados obtidos de média ponderada dos custos por produtor para certificação em grupo por amostragem, estão de acordo com OLIVEIRA (2003, p.2), que afirma que “o custo médio por produtor inspecionado pela Ecocert Brasil, em projetos de certificação em grupo, nos dois últimos anos, ficou entre U\$ 30,00 e U\$ 50,00 / produtor / ano.”

Com base nestes cálculos conclui-se que, como todo mito, este tem um fundo de verdade. Se considerarmos unicamente a média dos custos por certificação individual, que, por enquanto, é a forma mais comum, a certificação realmente seria inviável para o pequeno produtor. Por outro lado, se observarmos a média de custos por produtor na certificação em grupo por amostragem, que é de 110,26 reais por produtor por ano, ou então, 9,19 reais por produtor por mês, podemos concluir que é, sim, viável economicamente para o pequeno produtor. Entretanto, esta forma de certificação só é possível quando os agricultores estão organizados. Carvalho, et al. (acesso em 30 maio 2004, p.1) acrescentam ainda que [...] “esse sistema é fortemente dependente da existência de um órgão atuante e eficiente de extensão rural, o que infelizmente não tem e não se vislumbra perspectivas de que venha a ter, a capilaridade necessária para atender a todo o universo de agricultores familiares.”

Esta redução dos custos na certificação em grupo por amostragem tem uma explicação. Para começar, a presença do controle interno barateia muito os custos, pois poupa o tempo do inspetor, em função da reduzida porcentagem de produtores que necessitam ser inspecionados por controle externo. O fato de os agricultores estarem organizados em grupo e estarem localizados relativamente próximos uns aos outros também diminui os custos, pois o inspetor desloca-se com rapidez de uma propriedade para outra e tem despesa com apenas uma passagem, seja aérea ou de ônibus, para inspecionar todos os produtores dentro

da porcentagem exigida. Deste modo, quanto maior o número de produtores por organização, menor será o custo, contanto que estejam localizados próximos uns aos outros. Finalmente, este tipo de certificação tem o custo reduzido simplesmente por ele ser diluído entre todos os componentes da entidade.

Esta conclusão de que a certificação de pequenos agricultores é possível, foi feita com base nos custos de certificação da Ecocert Brasil. A Ecocert Brasil é uma instituição sem fins lucrativos, cujos custos de certificação são “calculados exclusivamente pelo tempo de trabalho no projeto, mais custos associados repassados ao cliente”, como análises de laboratório, deslocamentos, hospedagem e alimentação do inspetor. (ECOCERT..., acesso em 30 maio 2004) De acordo com AS VANTAGENS..., (acesso em 08 jan. 2004, p.1), “não existe qualquer custo adicional pelo uso da marca ou logotipo ECOCERT”. A Ecocert não cobra nenhuma porcentagem sobre o valor das vendas do agricultor.

Não foram realizados estudos em cima de outras certificadoras para comparar os custos de certificação, portanto não se pode afirmar que a certificação em grupo por amostragem seja sempre vantajosa para o pequeno agricultor. Contudo, sabe-se que algumas delas cobram uma porcentagem sobre o valor das vendas do agricultor. É o caso do IBD, que cobra uma taxa de 0,5% sobre o valor faturado em cada nota de venda de produto. (GRUPOS..., acesso em 30 maio 2004) O FVO Brasil também cobra essa mesma taxa (QUEM..., acesso em 31 maio 2004) No entanto, isso não significa necessariamente que os custos de certificação sejam mais elevados, pois depende do valor que é cobrado por inspeção.

De acordo com Pereira e Karall (acesso em 31 maio 2004), os custos de certificação IBD para grupos variam em torno de 100 a 150 reais por produtor por ano, quando 100% dos produtores são visitados. Complementarmente, GRUPOS..., (acesso em 30 maio 2004) afirma que 30 reais por produtor por ano, em média, são gastos com a certificação em grupo por amostragem IBD, em que pelo menos 25% dos produtores são visitados. Ao meu ver, não fica muito claro se nestes valores estão incluídos ou não as taxas de matrícula que o IBD cobra e a porcentagem sobre as vendas dos produtores. Como a matrícula por ele cobrada, como consta no *site* do mesmo, é de 300 reais, e como na primeira inspeção do grupo 100% dos produtores são visitados, no final acredito que o

valor de certificação acaba sendo parecido com os custos de certificação Ecocert, se não superior.

Não fez parte do meu trabalho pesquisar todas as certificadoras que realizam a certificação em grupo por amostragem no Brasil, e por isso é difícil quantificar os benefícios que este tipo de certificação têm proporcionado aos pequenos produtores a nível nacional. Contudo, segundo Pereira e Karall (acesso em 31 maio 2004), 15 % do total de projetos do IBD, são de certificação em grupo por amostragem, correspondendo a 90% do número total de produtores. Quanto à Ecocert Brasil, 30,77% de seus projetos são de certificação em grupo por amostragem, correspondendo a 98,5% do número total de produtores certificados pela mesma. Estes últimos dados foram obtidos a partir de contas simples, com base nas informações presentes nos arquivos da Ecocert. Como o número total de projetos de certificação orgânica Ecocert Brasil de 2002 a fevereiro de 2004, é de 26 projetos, e destes, 8 são de certificação em grupo por amostragem, então, 30,77% destes projetos são de certificação em grupo por amostragem. Como a Ecocert Brasil, neste período, certificou 1204 produtores, sendo que destes, 1186 eram pequenos produtores certificados em grupo, então 98,5% dos produtores certificados pela Ecocert são pequenos produtores certificados em grupo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que atualmente a certificação da produção orgânica é necessária, tanto para os pequenos produtores, quanto para os grandes. Não importa qual o tipo de certificação utilizada; seja certificação participativa ou; seja certificação por auditoria, a mesma será definida em função da realidade de cada produtor e da região em que está inserido. A certificação é essencial para o benefício tanto do consumidor, quanto do produtor, e ainda beneficia o meio ambiente. O consumidor é favorecido através da garantia de que está adquirindo um produto de qualidade. O produtor, por sua vez, é beneficiado através da agregação de valor de seu produto e da preservação de sua saúde e de sua família. Quanto ao meio ambiente, o mesmo terá a sua sustentabilidade protegida, promovendo desta forma, o bem-estar das gerações futuras.

Poderia-se argumentar que o que fornece esses benefícios todos não é a certificação, e sim a própria agricultura orgânica. No entanto, como atualmente as cadeias de produção são muito longas, diferindo deste modo, da comercialização direta que ocorria com mais frequência no passado, a certificação é a única garantia de que a agricultura orgânica realmente esteja sendo cumprida. Do contrário, poderia haver muitas fraudes.

Comprovou-se, também, através deste trabalho, que a certificação por auditoria é economicamente viável para a agricultura familiar, através da certificação em grupo por amostragem, quebrando-se, deste modo, aquele mito de que é economicamente inviável para o pequeno produtor. Para que seja possível, basta haver a organização dos agricultores em forma de associações, cooperativas ou em torno de empresas.

As perspectivas são de que a certificação da agricultura orgânica irá expandir bastante no país daqui para frente. Isso vai se dar em função das conquistas que ocorreram na legislação nestes últimos tempos, como também das que estão por vir em breve. A introdução do sistema de certificação em grupo por amostragem também está contribuindo para esta expansão, ao passo que atualmente na Ecocert, 33,77% das certificações são em grupo por amostragem, representando 98,5% dos produtores certificados. Aparenta que cada vez mais, os produtores organizados em grupo estão procurando a Ecocert.

7. BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, J. A. de. **Certificação Orgânica e Comércio Justo**. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 27.01.2003. Porto Alegre. **Agricultura orgânica e comércio justo**. Disponível em:
<http://www.vinculando.org/organicos/certificacion_brasil.htm>. Acesso em: 30 maio 2004.

PEREIRA, A. B.; KARALL, J. M. **Certificando a Agricultura Familiar**. Disponível em:
<http://www.portaldoagronegocio.com.br/organico/certificado.asp?funcao=ler&nome_certificado=Certificando+a+Agricultura+Familiar>. Acesso em: 31 maio 2004.

FONSECA, M. F. **Apoio ao desenvolvimento de Normas, Processos de Certificação e Programas de Acreditação de Certificadoras de Produtos Orgânicos oriundos da Agricultura Familiar no Brasil para Comercialização no Mercado Interno e Externo**. Projeto de CNPq nº 520874 / 01-3, 2004.

FONSECA, M. F., CASTELLI, P. G., SCHWEIZER, M., CAMPOS, F. F.; MIODUSKI, K. M. **Harmonização das normas e regulamentos técnicos internacionais na agricultura orgânica: contribuições às discussões sobre o marco legal no Brasil**. Projeto de CNPq nº 520874 / 01-3. Pesagro – Rio / CDT, julho de 2003. 74p. Disponível em:
<<http://www.sitiologao.com.br/Arquivos%20PDF/Relatório%20CNPq%20Harmonização%20Internacional.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2004.

OLTRAMARI, A. C.; ZOLDAN, P.; ALTMANN, R. **Agricultura orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 55p.

TOLEDO, A. A., **Razões da certificação orgânica**. Disponível em:
<<http://www.portaldoagronegocio.com.br/>>. Acesso em: 30 maio 2004.

CAZELLA, A. A.; ABREU, M. J.; SANTOS, L. C. R. **Rede Ecovida de Agroecologia: certificação participativa de produtos ecológicos e organização de núcleos regionais. 7p.** Disponível em: http://www.extensio.ufsc.br/20041/artigos_pdfs/CCA_Ademir_Cazell.pdf.

Acesso em: 30 maio 2004.

CARVALHO, Y. M. C. de; KAMIYAMA, A.; DRIGO, I. G. **O Papel Do Movimento Orgânico Na Regulação Do Mercado.** Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1244>. Acesso em: 30 maio de 2004.

QUEM certifica. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/qcertif.htm>. Acesso em: 25 maio 2004.

QUEM certifica orgânicos: FVOBrasil. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/fvobrasil.htm>. Acesso em: 31 maio 2004.

ORGÂNICOS comemoram aprovação do Projeto de Lei 659 / 99 , que regulamenta a Agricultura Orgânica. Disponível em: http://www.portaldoagronegocio.com.br/organico/certificado.asp?funcao=ler&nome_certificado=Orgânicos+comemoram+aprovação+do+Projeto+de+Lei+659/99,+que+regulamenta+a+Agricultura+Orgânica. Acesso em: 30 maio 2004.

AGRICULTURA orgânica será certificada no Brasil. Brasília, 27 / 06 / 2003. Disponível em: <http://www.agrisustentavel.com/san/selo.htm>. Acesso em: 31 maio 2004.

ECOCERT Brasil. Disponível em: <http://www.cendotec.org.br/aspef/arquivos/seminfrutleg/semissp2003.pdf>. Acesso em: 30 maio 2004.

LEI n.º 10.831 de 23/12/2003. Diário Oficial da União, 24/12/2003, p. 8.

Disponível em:

<http://www.sitiodogao.com.br/Lei%20Agricultura%20organica.asp>. Acesso em: 28 maio 2004.

LEI 12.117 de 07 de janeiro de 2002. Disponível em:

<http://www.acaq.org.br/artigos/selos.htm>. Acesso em: 31 maio 2004.

LEI n.º 12.117, de 07 /01 /2002. 6p. Disponível em:

<http://www.agrisustentavel.com/doc/sc12117.htm>. Acesso em: 01 jun. 2004.

LEI n.º 7.802, de 12 de julho de 1989. Disponível em:

<http://www.agrisustentavel.com/doc/lei7802.htm>. Acesso em: 28 maio 2004.

INSTRUÇÃO Normativa n.º 7. Disponível em:

<http://www.sitiodogao.com.br/Instrucaonormativa7.asp>. Acesso em: 28 maio 2004.

INSTRUÇÃO Normativa n.º 007, de 17 de maio de 1999. Disponível em:

<http://www.sitiodogao.com.br/in7.asp>. Acesso em: 28 maio 2004.

INSTRUÇÃO Normativa n.º 6. Disponível em:

<http://www.sitiodogao.com.br/Instrucaonormativa6.asp>. Acesso em: 28 maio 2004.

INSTRUÇÃO Normativa SDA n.º 06 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:

<http://www.sitiodogao.com.br/ln6.asp>. Acesso em: 28 maio 2004.

INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 16, de 11 de junho de 2004. Disponível em:

<http://www.planetaorganico.com.br/InstNorm16.htm>. Acesso em: 08 agosto 2004.

GRUPOS de produtores: critérios e custos da certificação. Disponível em:
<<http://www.ibd.com.br>>. Acesso em: 30 maio 2004.

OLIVEIRA, J. A. de. Bem Vindo ao site da Ecocert. Disponível em:
<<http://www.ecocert.com.br/apresentacao.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2004.

AS VANTAGENS Ecocert num rápido olhar. Disponível em:
<<http://www.ecocert.com.br/Ecocert%20-%20Vantagens%20Ecocert.htm>>.
Acesso em: 8 jan. 2004.

História. Disponível em: <<http://www.ecocert.com.br/historia.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2004.

QUEM faz a Ecocert Brasil. Disponível em:
<<http://www.ecocert.com.br/equipe.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2004.

APRESENTAÇÃO do Sistema de Certificação Ecocert para Operadores Orgânicos: Certificação Nacional (Instrução Normativa 007 / 99 – MAPA). Disponível em: <<http://www.ecocert.com.br/doc1.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2004.

APRESENTAÇÃO do Sistema de Certificação Ecocert para Operadores Orgânicos: Certificação CEE (União Européia). Disponível em:
<<http://www.ecocert.com.br/doc2.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2004.

APRESENTAÇÃO do Sistema de Certificação Ecocert para Operadores Orgânicos: Certificação NOP (Estados Unidos). Disponível em:
<<http://www.ecocert.com.br/doc3.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2004.

APRESENTAÇÃO do Sistema de Certificação Ecocert para Operadores Orgânicos: Certificação JAS (Japão). Disponível em:
<<http://www.ecocert.com.br/doc4.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2004.

**INSPEÇÃO e Certificação de Pequenos Produtores, por Amostragem
(Grupos de produtores organizados).** Disponível em:
<<http://www.ecocert.com.br/doc5.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2004.

6. APÊNDICE

Logo após o término deste trabalho, foi publicado a Instrução Normativa N° 16, de 11 de junho de 2004, que “estabelece os procedimentos a serem adotados, até que se concluam os trabalhos de regulamentação da Lei n° 10.831, de 23 de dezembro de 2003, para registro e renovação de registro de matérias-primas e produtos de origem animal e vegetal, orgânicos, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.” (Instrução Normativa N° 16, de 11 de junho de 2004)

Este documento revoga os itens 5, 6, 7, 8 e 9 do Anexo da Instrução Normativa n° 07, de 17 de maio de 1999 e a Instrução Normativa n° 06, de 10 de janeiro de 2002.

No anexo I desta Instrução Normativa, estão contidas as informações para registro de produtos orgânicos, no anexo II, as instruções para elaboração do rótulo de produtos orgânicos, e no anexo III está inserido o modelo de Termo de Compromisso entre a empresa e a certificadora.

Segundo João Augusto de Oliveira (Diretor da Ecocert Brasil), a regulamentação da Lei n° 10.831, de 23 de dezembro de 2003, irá para a consulta pública internacional em novembro de 2004, em que o texto final resultante será apresentado ao ministro. Provavelmente em março de 2005, este documento será assinado, onde a partir de então, o mesmo entrará em vigor (comunicação pessoal, 22 jun. 2004).

8. ANÁLISE CRÍTICA DO ESTÁGIO DE CONCLUSÃO

O estágio na Ecocert Brasil foi uma experiência que teve aspectos positivos e negativos, que é o que se espera de uma vivência pré-profissional. No todo, foi uma experiência muito enriquecedora: o ambiente de trabalho é muito agradável, e não só porque a empresa se localiza em frente à Lagoa da Conceição, o que proporciona uma bela vista. Os integrantes da equipe Ecocert são pessoas muito agradáveis, receptivas e bem humoradas; características que imagino serem provenientes justamente da privilegiada localização da empresa, e também do fato de que elas obviamente trabalham com algo de que gostam e em que acreditam.

Dentre os pontos positivos deste estágio, além dos já citados acima, está o fato de que, através do acompanhamento na prática de todos os processos envolvidos na certificação, em uma experiência cotidiana, foi possível um aprendizado verdadeiro, do tipo que não se esquece mais. Dessa forma as informações são absorvidas muito melhor do que se eu apenas tivesse lido sobre o assunto ou se tivesse memorizado a matéria para uma prova. Deste modo, posso dizer que o aprendizado fora da sala de aula complementa e enriquece os conhecimentos adquiridos ao longo dos cinco anos do curso de agronomia, como também dá mais consistência a estes conhecimentos e segurança ao formando.

Quanto aos pontos negativos, um deles é que o estágio não foi remunerado. Contudo, não me senti prejudicada por isso, visto que eu não tive gasto nenhum. A empresa se encontra no mesmo bairro de minha residência, portanto o meu meio de transporte era a minha bicicleta e eu almoçava em casa. Outra questão negativa foi o fato de eu ter me sentido de pouca utilidade para empresa, porque não havia nada de essencial que só eu pudesse fazer, pois todas as tarefas necessárias à empresa precisam ser exercidas por pessoas capacitadas, diferentemente de um trabalho de pesquisa à campo, ou de uma empresa que trabalhe com produção, ou de um laboratório, em que precisa-se de mão-de-obra. Creio que parte desta decepção foi porque anteriormente, há uns dois anos atrás, eu havia sido indicada para estagiar nesta empresa em função de eu ser estudante desta área e de ser fluente em inglês. É que naquela época, a empresa ainda fazia parte da Ecocert SA, portanto a maioria de seus documentos precisava ser traduzida para o inglês. Hoje, isso não é mais necessário. Também

não me senti capaz de propor inovações, e nem achei que isso fosse preciso, tendo em vista que os integrantes da empresa são, em sua maioria, Engenheiros Agrônomos e possuem muito mais experiência que eu.

Outro fator limitante foi que não pude acompanhar muitas inspeções, porque a maioria era para longe (outros Estados), portanto exigiam muito tempo fora de Florianópolis e acarretavam em gastos muito altos, que a Ecocert não poderia arcar. Eu teria tirado do meu bolso, o dinheiro necessário para acompanhar pelo menos uma destas inspeções mais longínquas, não fosse o fato de eu estar cursando na mesma época uma disciplina na Agronomia em que eu não podia faltar.

Durante este período de estágio, eu acompanhei duas inspeções. A primeira foi realizada em uma empresa de insumos para a agricultura orgânica no município de São José, e a segunda foi em uma propriedade que produz frutas e hortaliças em Urupema – SC. Os nomes das empresas não podem ser mencionados em função do termo de compromisso que possuo com a empresa em que me comprometo em manter em sigilo as informações. Durante a inspeção de Urupema eu adoeci, prejudicando um pouco a minha experiência em função de meu mal estar.

Mesmo com as pequenas limitações sofridas neste estágio, estou muito satisfeita com o mesmo. Foi um aprendizado para o resto de minha vida, constituindo-se em uma excelente experiência pré-profissional. Destaco também que esta é uma área pela qual me interesso muito, com a qual pretendo trabalhar. Portanto, mesmo que não venha a trabalhar um dia na Ecocert Brasil, o que eu gostaria muito, essa experiência me será útil em qualquer instituição na qual eu venha a trabalhar e que esteja relacionada com o processo de certificação.

ANEXOS

LEGISLAÇÃO / INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007, DE 17 DE MAIO DE 1999

Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição e,

Considerando a crescente demanda de produtos obtidos por sistema ecológico, biológico, biodinâmico e agroecológico, a exigência de mercado para os produtos naturais e o significativo aporte de sugestões nacionais e internacionais decorrentes de consulta pública sobre a matéria, com base na Portaria MA nº 505, de 16 de outubro de 1998, resolve:

Art. 1º Estabelecer as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal, conforme os Anexos à presente Instrução Normativa.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

NORMAS DISCIPLINADORAS PARA A PRODUÇÃO, TIPIFICAÇÃO, PROCESSAMENTO, ENVASE, DISTRIBUIÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DE PRODUTOS ORGÂNICOS, SEJAM DE ORIGEM ANIMAL OU VEGETAL

1. DO CONCEITO

1.1 Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e sócio-econômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados-OGM/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação, visando:

a) a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente;

b) a preservação e a ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, natural ou transformado, em que se insere o sistema produtivo;

c) a conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar; e

d) o fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final de produtos orgânicos, e o incentivo à regionalização da produção desses produtos orgânicos para os mercados locais.

1.2 Considera-se produto da agricultura orgânica, seja "in natura" ou processado, todo aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuária e industrial. O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados ecológicos, biodinâmico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura. Para efeito desta Instrução considera-se produtor orgânico, tanto o produtor de matérias-primas como o processador das mesmas.

2. DAS NORMAS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA

Considera-se unidade de produção, a propriedade rural que esteja sob sistema orgânico de produção. Quando a propriedade inteira não for convertida para a produção orgânica, a certificadora deverá assegurar-se de que a produção convencional está devidamente separada e passível de inspeção.

2.1 DA CONVERSÃO

Para que um produto receba a denominação de orgânico, deverá ser proveniente de um sistema onde tenham sido aplicadas as bases estabelecidas na presente instrução, por um período variável de acordo com a utilização anterior da unidade de produção e a situação ecológica atual, mediante as análises e a avaliação das respectivas instituições certificadoras (Anexo 1).

2.2 DAS MÁQUINAS E DOS EQUIPAMENTOS

As máquinas e os equipamentos usados na unidade de produção não podem conter resíduos contaminantes, dando-se prioridade ao uso exclusivo à produção orgânica.

2.3 SOBRE OS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E OS RECURSOS NATURAIS (PLANTAS, SOLOS E ÁGUA)

Tanto a fertilidade como a atividade biológica do solo e a qualidade das águas, deverão ser mantidas e incrementadas mediante, entre outras, as seguintes condutas.

a) proteção ambiental;

- b) manutenção e preservação de nascentes e mananciais hídricos;
- c) respeito e proteção à biodiversidade;
- d) sucessão animal-vegetal;
- e) rotação e/ou associação de culturas;
- f) Cultivo mínimo;
- g) Sustentabilidade e incremento da matéria orgânica no solo;
- h) Manejo da matéria orgânica;
- i) Utilização de quebra-ventos;
- j) Sistemas agroflorestais; e
- k) Manejo ecológico das pastagens.

2.3.1 O manejo de pragas, doenças e de plantas invasoras deverá se realizar mediante a adoção de uma ou várias condutas, de acordo com os Anexos II e III, desta Instrução, que possibilitem

- a) incremento da biodiversidade no sistema produtivo;
- b) seleção de espécies, variedades e cultivares resistentes;
- c) emprego de cobertura vegetal, viva ou morta, no solo;
- d) meios mecânicos de controle;
- e) rotação de culturas;
- f) alelopatia;
- g) controle biológico (excetuando-se OGM/Transgênicos);
- h) integração animal-vegetal; e
- i) outras medidas mencionadas nos Anexos II e III, da presente Instrução.

2.3.1.1 É vedado o uso de agrotóxico sintético, seja para combate ou prevenção, inclusive na armazenagem.

2.3.1.2 A utilização de medida não orgânica para garantir a produção ou a armazenagem, desqualifica o produto para efeito de certificação, de acordo com o subitem 2.1 da presente Instrução.

2.3.2 As sementes e as mudas deverão ser oriundas de sistemas orgânicos.

2.3.2.1 Não existindo no mercado sementes oriundas de sistemas orgânicos adequadas a determinada situação ecológica específica, o produtor poderá lançar mão de produtos existentes no mercado, desde que avaliadas pela instituição certificadora, excluindo-se todos os organismos geneticamente modificados (OGM/Transgênicos).

2.3.2.2 Para culturas perenes, não havendo disponibilidade de mudas orgânicas, estas poderão ser oriundas de sistemas convencionais, desde que avaliadas pela instituição certificadora, excluindo-se todos os organismos geneticamente modificados/transgênicos e de cultura de tecido vegetal, quando as técnicas empregadas conduzam a modificações genéticas ou induzam a variantes somaclonais.

2.3.3 Os produtos oriundos de atividades extrativistas só serão certificados como orgânicos, caso o processo de extração não comprometa o ecossistema e a sustentabilidade do recurso explorado.

2.4 PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Os produtos orgânicos de origem animal devem provir de unidades de produção, prioritariamente auto-suficientes quanto à geração de alimentos para os animais em processo integrado com a produção vegetal, conforme o Anexo IV, da presente Instrução para a efetivação da sustentabilidade, esses sistemas devem obedecer aos seguintes requisitos:

- a) respeitar o bem-estar animal;
- b) manter um nível higiênico em todo o processo criatório, compatível com as normas de saúde pública vigentes;
- c) adotar técnicas sanitárias preventivas sem o emprego de produtos proibidos;
- d) contemplar uma alimentação nutritiva, sadia e farta. Incluindo-se a água, sem a presença de aditivos químicos e/ou estimulantes, conforme o Anexo IV, da presente Instrução;
- e) dispor de instalações higiênicas, funcionais e confortáveis;
- f) praticar um manejo capaz de maximizar uma produção de alta qualidade biológica e econômica; e

g) utilizar raças, cruzamentos e o melhoramento genético (não OGM/transgênicos), compatíveis tanto com as condições ambientais e como estímulo à biodiversidade.

2.4.1 Entende-se por bem estar animal, permanecer o mesmo livre de dor, de sofrimento, angústia e viver em um ambiente em que possa expressar proximidade com o comportamento de seu habitat original: movimentação, territorialidade, vadiagem, descanso e ritual reprodutivo.

2.4.2 Os insumos permitidos e proibidos na alimentação animal estão especificados no Anexo IV, da presente Instrução.

2.4.3 O transporte, pré-abate e o abate dos animais devem seguir princípios humanitários e de bem estar animal, assegurando a qualidade sanitária da carcaça.

2.4.4 Excepcionalmente, para garantir a saúde ou quando houver risco de vida de animais, na inexistência de substituto permitido, poder-se-ão usar medicamentos convencionais.

2.4.4.1 É obrigatório comunicar à certificadora o uso desses medicamentos, bem como registrar a sua administração, que deve respeitar o que estabeleça o subitem 2.4.4, desta Instrução. O período de carência estipulado pela bula do produto a ser cumprido, deverá ser multiplicado pelo fator três, podendo ainda ser ampliado de acordo com a instituição certificadora.

2.4.4.2 São permitidas todas as vacinas previstas por Lei.

2.4.5 Preferencialmente, a aquisição dos animais deve ser feita em criações orgânicas.

2.4.5.1 No caso de aquisição de animais de propriedades convencionais, estes devem prioritariamente ser incorporados à unidade produtora orgânica, com a idade mínima em que possam ser recriados sem a presença materna.

2.4.5.2 Os animais adquiridos em criações convencionais devem passar por quarentena tradicional, ou outra a ser definida pela certificadora.

3. DO PROCESSAMENTO

Processamento é o conjunto de técnicas de transformação, conservação e envase de produtos de origem animal e/ou vegetal.

3.1 Somente será permitido o uso de aditivos, coadjuvantes de fabricação e outros produtos de efeito brando (não OGM/transgênicos), conforme mencionado no

Anexo V da presente Instrução, e quando autorizados e mencionados nos rótulos das embalagens.

3.2 As máquinas e os equipamentos utilizados no processamento dos produtos orgânicos deverão estar comprovadamente limpos de resíduos contaminantes, conforme estabelece os termos desta Instrução e seus anexos.

3.3 Em todos os casos, a higiene no processamento dos produtos orgânicos será fator decisivo para o reconhecimento de sua qualidade. Para efeito de certificação, as unidades de processamento devem cumprir também as exigências contidas nesta Instrução e nas legislações vigentes específicas.

3.3.1 A higienização das instalações e dos equipamentos deverá ser feita com produtos biodegradáveis, e caso esses produtos não estejam disponíveis no mercado, deverá ser consultada a certificadora.

3.4 Para o envase de produtos orgânicos, deverão ser priorizadas embalagens produzidas com matérias comprovadamente biodegradáveis e/ou recicláveis.

3.5 Poderá ser certificado como produto processado orgânico, aquele cujo componente principal seja de origem orgânica.

3.5.1 Os aditivos e os coadjuvantes de fabricação de origem não orgânica, serão permitidos em percentuais a serem definidos pelas certificadoras e pelo Órgão Colegiado Nacional, conforme estabelece o Anexo V, da presente Instrução.

3.5.2 É obrigatório explicitar no rótulo do produto, os tipos e as quantidades de aditivos, os coadjuvantes de fabricação e outros produtos de origem não orgânica nele contidos, sempre de acordo com o subitem 3.1, da presente Instrução.

4. DA ARMAZENAGEM E DO TRANSPORTE

Os produtos orgânicos devem ser identificados e mantidos em local separado dos demais de origem desconhecida, de modo a evitar possíveis contaminações seguindo o que prescreve o Anexo VI, da presente Instrução.

4.1 A higiene e as condições do ambiente de armazenagem e do transporte será fator necessário para a certificação de sua qualidade orgânica.

4.2 Todos os produtos orgânicos devem estar devidamente acondicionados

5. DA IDENTIFICAÇÃO

Além de atender as normas vigentes quanto às informações que devem constar nas embalagens, os produtos certificados deverão conter um "selo de qualidade" registrado no Órgão Colegiado Nacional, específico para cada certificadora,

atendendo as condições previstas no Anexo VII da presente Instrução, além das contidas abaixo:

- a) será mencionado no rótulo a denominação "produto orgânico", e
- b) b) o nome e o número de registro da certificadora junto ao Órgão Colegiado Nacional.

No caso de produto a granel, o mesmo será acompanhado do certificado de qualidade orgânico.

6. DO CONTROLE DA QUALIDADE ORGÂNICA

A certificação e o controle da qualidade orgânica serão realizados por instituições certificadoras credenciadas nacionalmente pelo Órgão Colegiado Nacional, devendo

cada instituição certificadora manter o registro atualizado dos produtores e dos produtos que ficam sob suas responsabilidades.

7. DA RESPONSABILIDADE

Os produtos certificados assumem a responsabilidade pela qualidade orgânica de seus produtos e devem permitir o acesso da certificadora a todas as instalações, atividades e informações relativas ao seu processo produtivo.

7.1 À instituição certificadora cabe a responsabilidade pelo controle da qualidade orgânica dos produtos certificados, permitindo o acesso do Órgão Colegiado Estadual ou do Distrito Federal a todos os atos, procedimentos e informações pertinentes ao processo de certificação.

8. DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

8.1 O órgão Colegiado Nacional será composto paritariamente por 5(cinco) membros do Poder Público, titular e suplente e 5 (cinco) membros de Organizações Não-Governamentais, titular e suplente, que tenham reconhecida atuação junto à sociedade no âmbito da agricultura orgânica, de forma a respeitar a paridade de um representante por região geográfica, chegando a um total de até 10(dez) membros.

8.1.1 A escolha dos membros das organizações governamentais, será de responsabilidade exclusiva do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

8.1.2 A escolha dos membros das organizações não-governamentais obedecerá à sistemática própria dessas organizações.

8.2 Os órgãos Colegiados Estaduais e do Distrito Federal serão compostos paritariamente por 5(cinco) membros do Poder Público, titular e suplente e 5(cinco) membros de Organizações Não-Governamentais, titular e suplente, que tenham reconhecida atuação junto à sociedade no âmbito da agricultura orgânica, chegando a um total de até 10(dez) membros.

8.2.1 A escolha dos membros das organizações governamentais, nas Unidades Federativas será de responsabilidade exclusiva das Delegacias Federais de Agricultura.

8.2.1.1 A escolha dos membros das organizações não-governamentais obedecerá à sistemática própria dessas organizações.

8.3 Cabe ao Órgão Colegiado Nacional fiscalizar as atividades dos órgãos Colegiados Estaduais e do Distrito Federal, de acordo com as normas vigentes.

8.4 Cabe aos Órgãos Colegiados Estaduais e do Distrito Federal, fiscalizar as atividades das certificadoras locais. As que não cumprirem a legislação em vigor serão passíveis de

sanções, de acordo com as normas vigentes.

8.5 Ao órgão Colegiado Nacional compete o deferimento e o indeferimento dos pedidos de registro das entidades certificadoras encaminhados pelos órgãos colegiados, citados no subitem acima.

8.6 Aos órgãos Colegiados Estaduais e do Distrito Federal compete a fiscalização e o controle, bem como o encaminhamento dos pedidos de registro das entidades certificadoras para o Órgão Colegiado Nacional

8.6.1 Na inexistência de Órgãos Colegiados Estaduais e do Distrito Federal, o Órgão Colegiado Nacional cumprirá estas atribuições.

9. DAS ENTIDADES CERTIFICADORAS

9.1 Os produtos de origem vegetal ou animal, processados ou "in natura" para serem reconhecidos como orgânicos devem ser certificados por pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede no território nacional, credenciada no Órgão Colegiado Nacional, e que tenha seus documentos sociais registrados em órgão competente da esfera pública.

9.2 As instituições certificadoras adotarão o processo de certificação mais adequado às características da região em que atuam, desde que observadas as exigências legais que trata da produção orgânica no país e das amarradas pelo órgão Colegiado Nacional.

9.2.1 A importação de produtos orgânicos certificados em seu país de origem, ficará condicionada às exigências sanitárias, fitossanitárias e de inspeção animal e vegetal, de conformidade com as leis vigentes no Brasil, complementada com prévia análise e autorização de uma certificadora credenciada no Órgão Colegiado Nacional.

9.3 As instituições certificadoras para serem credenciadas devem satisfazer os seguintes requisitos:

- a) requerer o credenciamento através dos Órgão Colegiados Estaduais e do Distrito Federal;
- b) anexar cópias dos documentos requeridos, devidamente registrados em cartório;
- c) descrever detalhadamente seu processo de certificação com o respectivo regulamento de funcionamento, demonstrando suas etapas, inclusive, os mecanismos de auto-regulação ética;
- d) apresentar as suas Normas Técnicas para aprovação do Órgão Colegiado Nacional;
- e) descrever as sanções que poderão ser impostas, em caso de descumprimento de suas Normas; e
- f) comprovar a capacidade própria ou de alguma contratada para realizar as análises, se necessárias, no processo de certificação

9.4 As instituições certificadoras devem dispor na sua estrutura interna, dos seguintes membros:

- a) Comissão Técnica: corpo de técnicos responsáveis pela avaliação da eficácia e qualidade da produção;
- b) Conselho de Certificação: responsável pela análise e aprovação dos pareceres emitidos pela Comissão Técnica; e
- c) Conselho de Recursos: que decide sobre apelações de produtores e outros interessados.

9.4.1 Aos integrantes de quaisquer das estruturas mencionadas nas alíneas a, b e c do subitem 9.4, é vedada a participação em mais de uma das alíneas, tanto como pessoa física ou jurídica

9.4.2 São obrigações das certificadoras:

- a) manter atualizadas todas as informações relativas à certificação;
- b) realizar quantas visitas forem necessárias, com o mínimo de uma por ano, para manter atualizadas as informações sobre seus produtores certificados;
- c) promover a capacitação e assumir a responsabilidade pelo desempenho dos integrantes da comissão técnica;
- d) no caso de destinação para o comércio exterior não comercializar produtos e insumos, nem prestar serviços de consultorias, assistência técnica e elaboração de projetos;
- e) no caso de destinação para comércio interno não comercializar produtos e insumos;
- f) manter a confiabilidade das informações quando solicitadas pelo produtor orgânico; e
- g) cumprir as demais determinações estabelecidas pelos Colegiados Nacional, Estaduais e do Distrito Federal.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os demais atos necessários para a completa operacionalização da presente Instrução Normativa serão estabelecidos pela Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

ANEXO I

DO PERÍODO DE CONVERSÃO

1. Produção vegetal de culturas anuais: para a unidade de produção em conversão deverá ser obedecido um período mínimo de 12 meses de manejo orgânico, para que a produção do ciclo subsequente seja considerada como orgânica.
2. Produção vegetal de culturas perenes. para a unidade de produção em conversão deverá ser obedecido um período mínimo de 18 meses de manejo orgânico, para que a colheita subsequente seja certificada.
3. Produção vegetal de pastagem perene: para a unidade de produção em conversão deverá ser obedecido um período mínimo de 12 meses de manejo orgânico ou de pousio.

Observação: Os períodos de conversão acima mencionados poderão ser ampliados pela certificadora em função do uso anterior e da situação ecológica da unidade de produção, desde que seja julgada a conveniência.

ANEXO II

ADUBOS E CONDICIONADORES DE SOLOS PERMITIDOS

1. Da própria unidade de produção (desde que livres de contaminantes):

Composto orgânico;

Vermicomposto;

Restos orgânicos;

Esterco: sólido ou líquido;

Restos de cultura;

Adubação verde;

Biofertilizantes;

Fezes humanas, somente quando compostadas na unidade de produção e não empregadas no cultivo de olerícolas;

Microorganismos benéficos ou enzimas, desde que não sejam OGM/transgênicos;
e Outros resíduos orgânicos.

2. Obtidos fora da unidade de produção

a) Somente se autorizados pela certificadora

Vermicomposto;

Esterco composto ou esterco líquido; '

Biomassa vegetal;

Resíduos industriais, chifres, sangue, pó de osso, pelos e penes, tortas, vinhaça e semelhantes, como complementos da adubação;

Algas e derivados, e outros produtos de origem marinha;

Peixes e derivados;

Pó de serra, cascas e derivados, sem contaminação por conservantes;

Microorganismos, aminoácidos e enzimas, desde que não sejam

OGM/transgênicos;

Cinzas e carvões vegetais;

Pó de rocha;

Biofertilizantes;

Argilas ou ainda vermiculita,

Compostagem urbana, quando oriunda de coleta seletiva e comprovadamente livre de ' substâncias tóxicas.

b) Somente se constatado a necessidade de utilização do adubo e do condicionador, através de análise, e se os mesmos estiverem livres de substâncias tóxicas:

Termofosfatos;

Adubos potássicos - sulfato de potássio, sulfato duplo de potássio e magnésio, este de origem mineral natural;

Micronutrientes;

Sulfato de magnésio;
Ácido bórico, quando não usado diretamente nas plantas e solo;
Carbonato, como fonte de micronutrientes; e
Guano.

ANEXO III

PRODUÇÃO VEGETAL

1. Meios contra doenças fúngicas:

Enxofre simples e suas preparações, a critério da certificadora;
Pó de pedra;
Um terço de sulfato de alumínio e dois terços de argila (caulim ou bentonita) em solução a 1%;
Saís de cobre, na fruticultura;
Própolis;
Cal hidratado, somente como fungicida;
Iodo;
Extratos de plantas;
Extratos de compostos e plantas;
Vermicomposto;
Calda bordaleza e calda sulfocálcica, a critério da certificadora; e
Homeopatia.

2. Meios contra pragas

Preparados viróticos, fúngicos e bacteriológicos, que não sejam OGM/transgênicos, e só com permissão específica da certificadora;
Extraías de insetos;
Extratos de plantas;
Emulsões oleosas (sem inseticidas químico.sintéticos);
Sabão de origem natural;
Pó de café;
Gelatina;
Pó de rocha;
Álcool etílico;
Terras diatomáceas, ceras naturais, própolis e óleos essenciais, a critério da certificadora;
Como solventes: álcool, acetona, óleos vegetais e minerais;
Como emulsionante: lecitina de soja, não transgênica;
Homeopatia.

3. Meios de captura, meios de proteção e outras medidas biológicas:

Controle biológico;
Feromônios, desde que utilizados em armadilhas;
Armadilhas de insetos com inseticidas permitidos no item 2, do Anexo III;
Armadilhas ante-coagulantes para roedores,

Meios repelentes mecânicos (armadilhas e outros similares);
Repelentes naturais (materiais repelentes e expulsantes);
Métodos vegetativos, quebra-vento, plantas companheiras e repelentes;
Preparados que estimulem a resistência das plantas e que inibam certas pragas, e doenças, tais como; plantas medicinais, própolis, calcário e extratos de algas, bentonita, pó de pedra e similares;
Cloreto de cálcio;
Leite e derivados; e
Extratos de produtos de origem animal

4. Manejo de plantas invasoras:

Sementes e mudas, isentas de plantas invasoras,
Técnicas mecânicas;
Alelopatia;
Cobertura morta e viva;
Cobertura inerte, que não cause contaminação e poluição a critério da instituição certificadora;
Solarização;
Controle biológico como manejo de plantas invasoras

ANEXO IV PRODUÇÃO ANIMAL

1. Condutas desejadas:

Maximização da captação e uso de energia solar,
Auto-suficiência alimentar orgânica;
Diminuir a dependência de recursos externos no processo produtivo;
Associação de espécies vegetais e animais;
Criação a campo;
Abrigos naturais com árvores;
Quebra-ventos;
Conservação das forragens com silagem ou fenação (desde que de origem orgânica);
Mineralização com sal marinho;
Suplementos vitamínicos; óleo de fígado de peixe e levedura;
Aditivos permitidos: algas calcinadas, plantas medicinais, plantas aromáticas, soro de leite e carvão vegetal;
Suplementação com recursos alimentares, provenientes de unidade de produção orgânica;
Aditivos para arraçoamento: leveduras e misturas de ervas e algas;
Aditivos para silagem: açúcar mascavo, cereais e seus farelos, soro de laticínio e sais minerais;
Homeopatia, fitoterapia e acupuntura.

2. Técnicas permitidas sob o controle da certificadora:

Uso de equipamentos de preparo de solo que não impliquem na alteração de sua

estrutura, na formação de pastagens e objetivos de forragens, grãos, raízes e tubérculos;

Aquisição de alimentos não certificados orgânicos, equivalente a até 20% e 15% do total da matéria seca de alimentos para animais monogástricos e para animais ruminantes, respectivamente;

Aditivos, óleos essenciais, suplementos vitamínicos e sais minerais;

Suplementos de aminoácidos;

Amoçamento e castração; e

Inseminação artificial.

3. Técnicas proibidas:

Uso de agrotóxicos nas pastagens e culturas de alimentos para os animais;

Restrições especificadas nos Anexos II e III, quanto à produção vegetal;

Uso do fogo no manejo de pastagens,

Confinamentos que contrariam o item 2.4 e suas subdivisões desta Instrução e demais técnicas que, restrinjam o bem estar animal;

Uso de aditivos estimulantes sintéticos na alimentação, na engorda e na reprodução;

Descorna e outras mutilações;

Presença e manejo de animais geneticamente modificados;

Promotores de crescimento sintético;

Uréia;

Restos de abatedouros na alimentação;

Qualquer tipo de esterco para ruminantes ou para monogástricos da mesma espécie;

Aminoácidos sintéticos; e

Transferência de embriões

4. Insumos que podem ser adquiridos fora da unidade de produção, segundo a espécie animal e sob orientação da assistência técnica e controle da certificadora:

Silagem, feno, palha, raízes, tubérculos, bulbos e restos de culturas orgânica;
Cereais e outros grãos e seus derivados;

Resíduos industriais sem contaminantes;

Melaço;

Leite e seus derivados;

Gorduras animais e vegetais; e

Farinha de osso calcinada ou auto-clavada e farinha de peixe

5. Higiene e desinfecção:

Adotar programas sanitários com bases profilática e preventiva;
Realizar limpeza e desinfecções com agentes comprovadamente biodegradáveis, sabão, sais minerais solúveis, permanganato de potássio ou hipoclorito de sódio, em solução 1:100, Cal, soda cáustica, ácidos minerais simples (nítrico e fosfórico), oxidantes minerais em enxágües múltiplos, creolina, vassoura de fogo e água.

ANEXO V

ADITIVOS PARA PROCESSAMENTO E OUTROS PRODUTOS QUE PODEM SER USADOS NA PRODUÇÃO ORGÂNICA

Nome

Água potável

Cloridato de cálcio

Carbonato de cálcio

Í-dróxido de cálcio

Sulfato de cálcio

Carbonato de potássio

Dióxido de carbono

Nitrogênio

Etanol

Ácido de tanino

Albumina branca de ovo

Caseína

Óleos vegetais

Gel de dióxido de silicone ou solução Coloidal

Carbono ativo

Talco

Betonina;

Caolinita;

Perlita;

Cera de abelha;

Cera de carnaúba;

Microorganismos e enzimas (não OGM/transgênicos)

Condições especiais

Agente de coagulação

Antiumectante

Agente do coagulam

Agente de coagulação

Secagem de uvas

Solvente

Auxílio de filtração

ANEXO VI

DA ARMAZENAGEM E DO TRANSPORTE

Os produtos orgânicos devem ser mantidos separados de produtos não orgânicos; Todos os produtos deverão ser adequadamente identificados durante todo o processo da armazenagem e transporte;

O Órgão Colegiado Nacional deverá estabelecer padrões para a prevenção e controle de poluentes e contaminantes;

Produtos orgânicos e não orgânicos não poderão ser armazenados ou transportados juntos; exceto quando claramente identificados, embalados e fisicamente separados;

A certificadora deverá regular as forras e os padrões permitidos para a descontaminação, limpeza e desinfecção de todas as máquinas e equipamentos, onde os produtos orgânicos são mantidos, manuseados ou processados; As condições ideais do local de armazenagem e do transporte de produtos, são fatores necessários para a certificação de sua qualidade orgânica.

ANEXO VII

DA ROTULAGEM

A pessoa física ou jurídica legalmente responsável pela produção ou processamento do produto deverá ser claramente identificada no rótulo, conforme se segue:

1. Produtos de um só ingrediente poderão ser rotulados como "produto orgânico", desde que certificado;

2. Produtos compostos de mais de um ingrediente, incluindo aditivos, em que nem todos os ingredientes sejam de origem certificada orgânica, deverão ser rotulados da seguinte forma:

- a) os produtos compostos que apresentarem um mínimo de 95% de ingredientes de origem orgânica certificada, serão rotulados como produtos orgânicos;
- b) os produtos compostos que apresentarem 70% de ingredientes de origem orgânica certificada, serão rotulados como produtos com ingredientes orgânicos, devendo constar nos rótulos as proporções dos ingredientes orgânicos e não orgânicos;
- c) os produtos compostos que não atenderem as exigências contidas nas alíneas "a e b" anteriormente mencionadas, não serão rotulados como orgânicos. Água e sal adicionados, não poderão ser incluídos no cálculo do percentual dos ingredientes orgânicos;

Todas as matérias-primas deverão estar listadas no rótulo do produto em ordem de peso percentual, de forma a ficar claro quais os materiais de origem certificada orgânica e quais os que não são; e

Todos os aditivos deverão estar listados com o seu nome completo. Quando o percentual de ervas e condimentos for inferior a 2%, esses poderão ser listados como "temperos".

INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 06 DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso de sua atribuição que lhe confere o art. 83, inciso IV, do Regimento Interno da Secretaria, aprovado pela Portaria Ministerial nº 574, de 8 de dezembro de 1998, tendo em vista o disposto no inciso X, do anexo da Instrução Normativa nº 07, de 17 de maio de 1999, e o que consta do Processo nº 21000.001504/2001- 14, resolve:

Art. 1º Aprovar os Anexos desta Instrução Normativa, que definem:

I - o Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica, constante do Anexo I desta;

II - os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos, constantes do Anexo II desta; e

III - as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação, constantes do Anexo III desta.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA

ANEXO I

**GLOSSÁRIO DE TERMOS EMPREGADOS NO CREDENCIAMENTO,
CERTIFICAÇÃO E INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA**

Auditoria interna: mecanismo do sistema de certificação destinado à realização de uma constante avaliação dos seus objetivos e desempenho.

Auditoria de credenciamento: procedimento pelo qual uma equipe oficial de auditores realiza a avaliação do sistema de certificação de uma entidade candidata ao credenciamento como certificadora, para verificar a conformidade com as normas oficiais.

Auditoria de supervisão: procedimento pelo qual uma equipe oficial de auditores realiza a avaliação do sistema de certificação de uma entidade certificadora, para verificar se está em conformidade com as normas oficiais.

Certificado: documento emitido por uma certificadora credenciada, declarando que um produtor ou comerciante está autorizado a usar a marca de certificação em produtos especificados.

Certificação: procedimento pelo qual uma entidade certificadora dá garantia por escrito que uma produção ou um processo claramente identificados foram metodicamente avaliados e estão em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes.

Certificação indireta: processo no qual a licença concedida à unidade certificada inclui serviços subcontratados de outras unidades de produção ou transformação ou, ainda, de produtores organizados pela unidade certificada.

CNPOrg: Colegiado Nacional para a Produção Orgânica, criado pela Instrução Normativa nº 07, de 17 de maio de 1999, vinculado à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo por finalidade básica o assessoramento e acompanhamento da implementação das normas para produção de produtos orgânicos vegetais e animais, avaliando e emitindo parecer conclusivo sobre os processos de credenciamento de entidades certificadoras, e fornecendo subsídios a atividades e projetos necessários ao desenvolvimento do setor.

CEPOrg: Colegiado Estadual para a Produção Orgânica, criado pela Instrução Normativa nº 07 de 17 de maio de 1999, vinculado à Delegacia Federal de Agricultura da sua Unidade da Federação, tendo por finalidade básica o assessoramento e apoio ao CNPOrg na implementação das normas para produção de produtos orgânicos vegetais e animais, avaliando e emitindo parecer sobre os processos de credenciamento de entidades certificadoras, e fornecendo subsídios a atividades e projetos necessários ao desenvolvimento do setor.

Credenciamento: procedimento pelo qual o CNPOrg reconhece formalmente que uma entidade certificadora está habilitada para realizar a certificação de produtos orgânicos, de acordo com as normas de produção orgânica e com os

critérios de credenciamento em vigor, oficializado por ato do Secretário de Defesa Agropecuária.

Conversão parcial: quando ocorrem, na mesma unidade, produção convencional e produção orgânica, ou produção convencional e produção em conversão.

Declaração de interesse: declaração feita pelos envolvidos no processo de certificação para esclarecimento de seus interesses e objetivos pessoais, tendo em vista evitar potenciais conflitos.

Entidade certificadora credenciada: certificadora cujo programa de certificação foi aprovado pelo Órgão Colegiado Nacional, mediante o compromisso formal do cumprimento das normas oficiais de credenciamento e certificação vigentes.

Entidade certificadora: instituição responsável pela certificação.

Equipe oficial de auditores: equipe técnica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encarregada de proceder a auditorias nas entidades certificadoras, podendo contar com especialistas convidados.

Insumos de produção: insumos destinados à produção ou processamento de produtos agropecuários.

Inspeção: visita para verificar se o desempenho de uma operação está sendo executado conforme as normas vigentes de produção orgânica.

Inspetor: pessoa designada por uma certificadora para empreender a inspeção.

Licença: contrato bilateral entre a certificadora e a unidade de produção ou comercialização orgânica, que concede o direito de uso das marcas de certificação, conforme as regras daquele sistema e as normas gerais vigentes.

Marca da certificação: selo de certificação, símbolo ou logotipo que identifica que um ou diversos produtos estão em conformidade com as normas oficiais de produção orgânica.

Medidas disciplinares: medidas adotadas contra unidades certificadas que não cumprirem as normas ou outras exigências do sistema de certificação.

Normas de produção orgânica: padrões nacionais para produção e processamento de produtos orgânicos, oficialmente regulamentados.

Período de conversão: tempo decorrido entre o início do manejo orgânico de culturas ou criações animais e sua certificação como processos orgânicos.

Produção paralela: produção obtida onde, na mesma unidade, haja cultivo, criação ou processamento de produtos orgânicos certificados e não-certificados. É também considerada produção paralela a produção obtida em uma unidade com áreas com produção orgânica e produção em conversão.

Produção extrativista: produção obtida em um ecossistema não-modificado artificialmente ou recuperado de forma a restabelecer e garantir a manutenção das condições de sustentabilidade e regeneração natural.

Reclamação: protesto contra políticas, procedimentos ou decisões da certificadora que não se constituam em recurso.

Recurso: processo por meio do qual uma unidade credenciada/certificada pode solicitar, a uma instância superior, a revisão de uma decisão tomada.

Relatório anual: relatório de atividades entregue anualmente pelasificadoras credenciadas ao Órgão Colegiado Nacional, mediante encaminhamento e parecer do Órgão Colegiado Estadual, por meio do qual tenha efetivado seu credenciamento.

Sistema de certificação: conjunto de regras e procedimentos adotados por uma entidade certificadora, objetivando a certificação de produtos agropecuários.

Transferência de certificação: reconhecimento formal por parte de uma certificadora de que um determinado produto está autorizado a ser processado ou comercializado mediante o uso de sua marca de conformidade, tendo sido acompanhado e certificado por uma outra certificadora.

Unidade produtora certificada: empreendimento individual ou empresarial destinado à produção, processamento ou comercialização de produtos orgânicos, devidamente certificada por entidade certificadora credenciada.

Unidade produtora: empreendimento individual ou empresarial destinado à produção, processamento ou comercialização de produtos orgânicos.

ANEXO II

CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES CERTIFICADORAS DE PRODUTOS ORGÂNICOS

1. Do pedido de credenciamento

1.1 As certificadoras de produtos orgânicos, para fins de credenciamento junto ao Órgão Colegiado Nacional, devem, ao solicitar seu credenciamento, disponibilizar aos órgãos oficiais de controle:

- suas normas e procedimentos gerenciais e operacionais;
- sua estrutura organizacional;
- seus controles de recursos financeiros;
- seu sistema de certificação;
- seu programa de treinamento de pessoal;
- seus registros de procedimentos; e
- outras informações pertinentes ao processo de certificação.

1.2 A avaliação e análise dos documentos apresentados e a auditoria de credenciamento devem considerar, além do conteúdo teórico, a aplicação prática das políticas e procedimentos de modo a atender aos seguintes requisitos:

1.2.1 Gerenciamento da entidade

A entidade deve possuir documentação relativa à descrição da sua estrutura administrativa, incluindo a gerência e as responsabilidades individuais.

No processo de avaliação do pedido de credenciamento, deverão ser avaliados diversos elementos que indicam a capacidade de gerenciamento da entidade.

1.2.2 Gestão financeira

As certificadoras devem possuir administração financeira idônea e transparente com a garantia de dispor de mecanismos para o provimento de recursos para os fins a que se propõem.

1.2.3 Política de pessoal

As certificadoras devem demonstrar competência profissional baseada na formação, treinamento e experiência de seus funcionários. Para tanto, devem possuir documentação referente aos requisitos necessários para contratação de pessoal, com referência à formação profissional, treinamento, conhecimento técnico e experiência em cultivo orgânico, processamento orgânico ou ambos.

As certificadoras devem empregar ou contratar pessoal em número suficiente para o desenvolvimento de suas atividades, incluindo inspetores que tenham formação profissional necessária, treinamento, conhecimento técnico e experiência para executar funções de certificação quanto ao tipo, extensão e volume de trabalho a ser executado.

As informações sobre as qualificações, treinamento e experiência de todo o pessoal devem ser arquivadas pela certificadora.

O pessoal deve ter informações disponíveis a respeito de seus deveres e responsabilidades, de forma clara, atualizada e documentada.

1.2.4 Normas e regulamentos

As certificadoras devem apresentar normas, procedimentos gerenciais e operacionais de inspeção e certificação abrangentes em todos os aspectos pertinentes aos produtos e métodos de produção.

As certificadoras devem publicar normas e padrões para todos os sistemas de produção ou categorias de produtos certificados por seu programa, em consonância com as normas e padrões oficiais, apresentadas de forma adaptada ao idioma nacional, à capacidade e ao nível de entendimento das unidades certificadas.

As alterações nas normas e padrões oficiais devem ser regularmente incorporadas às normas internas, no prazo estabelecido por estas. Em casos específicos, referentes a mudanças complexas ou controversas, o prazo de incorporação pode ser estendido com a anuência do CNPOrg. As certificadoras podem admitir, desde que justificado, prazo para implantação das mudanças por parte das unidades produtoras certificadas.

As normas e padrões devem ser objeto de revisões periódicas.

A equipe responsável pelas revisões, com membros claramente identificados, deve ser constituída por elementos com comprovada qualificação ou experiência nas atividades a serem desenvolvidas. Alternativamente, podem ser contratados peritos não-pertencentes ao quadro de colaboradores da certificadora.

O processo de revisão das normas e padrões deve prever mecanismos de avaliação das propostas de alteração encaminhadas pelas partes interessadas.

Devem ser definidos, também, a data de implantação das modificações e os prazos finais para implantação pelas unidades certificadas. Quando se fizer necessário, é permitido estabelecer um período para implantação das principais alterações.

1.2.5 Independência

A certificadora deve possuir estrutura e procedimentos que possibilitem desenvolver suas atividades sem a interferência de interesses de qualquer

natureza, que venham a comprometer seu sistema de certificação em relação aos objetivos gerais do sistema.

1.2.6 Responsabilidade

As certificadoras devem definir claramente a área de competência e o grau de responsabilidade dos inspetores contratados e de suas comissões internas, devendo, ainda, assumir total responsabilidade por todas as atividades executadas diretamente ou por meio de terceiros – pessoas ou organizações subcontratadas.

1.2.7 Objetividade

O sistema de certificação deve ser imparcial uma vez que os serviços de inspeção e de certificação devem estar baseados em avaliações objetivas, observando-se procedimentos regulamentados. O sistema deve possuir mecanismos regulamentados também para o julgamento de recursos.

1.2.8 Credibilidade

As certificadoras devem exercer controle sobre o uso de suas licenças, certificados e marcas registradas – logotipo ou selo de conformidade.

1.2.9 Gestão para qualidade

As certificadoras devem adotar procedimentos adequados para melhoria contínua da qualidade, com a avaliação de seu desempenho e desenvolvimento de rotinas.

As certificadoras devem conduzir auditorias internas periódicas abrangendo todos os procedimentos de forma planejada e sistemática, para verificar a implantação e efetividade do sistema de certificação, assegurando que:

1.2.9.1 as pessoas responsáveis pela área auditada estejam informadas dos resultados da auditoria;

1.2.9.2 as ações corretivas sejam tomadas de maneira oportuna e apropriada;
e

1.2.9.3 os resultados da auditoria sejam documentados.

A administração do sistema de certificação revisará suas rotinas e procedimentos em intervalos determinados, sendo mantidos registros destas revisões.

1.2.10 Confidencialidade

As certificadoras devem adotar meios que assegurem a confidencialidade das informações, relativas aos produtores e comerciantes certificados, obtidas em

decorrência das atividades de certificação em todos os níveis da organização, inclusive nas comissões e instituições contratadas.

1.2.11 Administração participativa

As certificadoras devem possuir mecanismos que possibilitem a manifestação e participação de todas as partes efetivamente comprometidas no desenvolvimento de políticas e princípios relativos ao conteúdo e funcionamento do sistema de certificação.

1.2.12 Adoção de procedimentos não- discriminatórios

As políticas e procedimentos adotados pelas certificadoras e por sua administração devem ter natureza não-discriminatória, sem que interfiram nos seus trabalhos questões relativas à raça, nacionalidade, religião, sexo, idade, estado civil, opção sexual ou quanto à sua condição física.

As certificadoras devem tornar seus serviços acessíveis, indistintamente, a todas as unidades de produção ou comercialização que os solicitarem e que desenvolverem atividades no seu âmbito de atuação. As solicitações devem estar abertas a quaisquer interessados, sem que se leve em conta interesses comerciais.

O acesso à certificação não pode ser condicionado ao tamanho da unidade produtora. Da mesma forma, a certificação não deve estar condicionada ao número de certificados emitidos.

As certificadoras que forem constituídas mediante a formação de um corpo associativo devem ter exigências de certificação idênticas para filiados e não-filiados, ou devem fazer da certificação uma atividade claramente separada das demais atribuições sociais.

As exigências relativas ao processo de certificação, as inspeções e as decisões devem restringir-se ao âmbito da atividade em processo de certificação. Assuntos como pagamento de taxas ou cumprimento de exigências legais podem justificar a suspensão do uso de uma licença de uma unidade certificada, baseada na violação do contrato de licenciamento, mesmo se os demais requisitos de certificação estiverem sendo atendidos. Este procedimento deve estar previsto nos contratos de licenciamento.

1.2.13 Cumprimento de normas e regulamentos

As certificadoras devem observar fielmente as determinações legais pertinentes às suas atividades, devendo apresentar documentos que demonstrem a regularidade de sua situação perante as demais legislações

vigentes, assim como a propriedade ou controle sobre a marca de certificação, quando tal marca existir.

1.2.14 Estrutura funcional

As certificadoras devem possuir estrutura onde esteja clara a organização das funções de inspeção, certificação e recursos.

1.2.15 Subcontratações

Quando uma certificadora subcontratar um trabalho relativo à certificação, de uma outra entidade ou pessoa, deverá ter firmado um contrato que inclua os procedimentos referentes à confidencialidade e aos conflitos de interesse.

As certificadoras devem assegurar que a pessoa ou entidade subcontratada é competente e preenche todos os requisitos destes critérios, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados.

1.2.16 Regulamentação para situações de impedimento funcional

Todos os envolvidos nos processos de inspeção e certificação devem assinar termos de compromisso de recusa em tomar parte em qualquer decisão ou atividade de inspeção que envolva ligações familiares ou relações comerciais de qualquer natureza (comércio, consultoria e outro) com as unidades certificadas.

As declarações de interesse, firmadas por todas as pessoas envolvidas em certificação, inspeção e apelações devem ser arquivadas nas sedes das certificadoras.

O sistema de certificação também deve estabelecer que, atendendo a princípios éticos, os inspetores que rescindirem seus contratos com a certificadora estarão impedidos, pelo prazo de dois anos após as inspeções, de prestar consultoria em unidades por ele inspecionadas. Da mesma forma, consultores estarão impedidos de executar inspeção em unidades por eles assistidas pelo mesmo prazo.

Todos os inspetores e colaboradores em geral que apresentarem conflito em potencial com uma unidade certificada serão excluídos dos trabalhos, reuniões e decisões em todas as fases do processo de certificação, relacionadas com a atividade em conflito.

1.2.17 Documentação e controle de documentos

As certificadoras devem manter um sistema para o controle de toda a documentação relativa ao sistema de certificação, assegurando que:

1.2.17.1 a documentação atualizada esteja disponível em locais apropriados;

1.2.17.2 todas as mudanças nos documentos estejam devidamente autorizadas;

1.2.17.3 todas as mudanças sejam processadas de maneira que sejam asseguradas providências rápidas e diretas

1.2.17.4 os documentos substituídos sejam retirados de uso dentro da organização e suas representações;

1.2.17.5 todas as partes envolvidas sejam notificadas das mudanças;

1.2.17.6 os documentos sejam reeditados quando forem efetuados aperfeiçoamentos significativos;

1.2.17.7 exista um registro de todos os documentos relevantes, com a identificação de seus respectivos assuntos; e

1.2.17.8 a distribuição dos documentos deva ser feita de forma controlada.

1.2.18 Registros

Todos as informações arquivadas devem ser armazenadas e guardadas com segurança e confidencialidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

Os relatórios de inspeção, as decisões adotadas no processo de certificação, os certificados e outros registros relevantes devem ser assinados por pessoa autorizada.

O sistema de registro de informações deve ser transparente e de fácil acesso.

1.2.19 Reclamações

As certificadoras devem adotar políticas e procedimentos para processar as reclamações a respeito de sua atuação ou referentes a unidades certificadas, que devem ser processadas de maneira rápida e eficiente.

As certificadoras devem manter registros de todas as reclamações e ações corretivas relativas à certificação. Quando uma reclamação é resolvida, a solução do problema deve ser documentada e encaminhada ao reclamante e às demais partes envolvidas no assunto.

Das outras atividades executadas pela certificadora

2.1 Da oferta de produtos e serviços

As certificadoras não podem prestar qualquer serviço ou fornecer produto que possam comprometer a confidencialidade, objetividade ou imparcialidade de seu processo de certificação e decisão.

As certificadoras devem, ainda, assegurar que as atividades de certificadoras ou entidades subcontratadas não afetem a confidencialidade, objetividade e imparcialidade de suas certificações.

2.2 Da prestação de informações às unidades certificadas

As certificadoras podem, como parte do processo de certificação, efetuar avaliações preliminares do sistema de produção, visando a identificar eventuais deficiências e propor melhorias.

Podem ser prestadas, ainda, informações sobre assuntos pertinentes às normas de cultivo orgânico, mas sem pagamento de qualquer taxa adicional. As informações devem estar restritas às normas de cultivo e criação, não abordando procedimentos, fórmulas e técnicas de cultivo e criação orgânicas.

Informações genéricas, incluindo informativos, seminários e outros, podem ser oferecidos a todas as unidades certificadas, indiscriminadamente, podendo ser cobradas taxas adicionais.

2.3 Das atividades de marketing

As certificadoras podem estabelecer uma política relativa à divulgação de resultados de pesquisas, promoções e outras atividades relacionadas a mercado, observando tratamento igual a todas as unidades certificadas e o não-envolvimento efetivo com vendas, política de preços e outras atividades comerciais.

2.4 Da divulgação de informações

As certificadoras devem prestar informações ao público sobre o âmbito de suas atividades de certificação e o conteúdo de suas normas internas. Para isso, devem possuir rotina de publicação de informações que inclua, pelo menos:

2.4.1 os critérios de publicidade e confidencialidade das informações;

2.4.2 a publicação dos padrões e da descrição geral do sistema de certificação;

2.4.3 a publicação e atualizações das listas das unidades certificadas, informando nomes e endereços. As listas de unidades indiretamente licenciadas também devem estar disponíveis, podendo ser publicadas de forma geral, sem vínculo com a unidade licenciada principal;

2.4.4 a divulgação de relatórios de atividades de certificação, preferivelmente no formato de um relatório anual; e

2.4.5 as informações, mediante solicitação do interessado, sobre qualquer produto certificado ou sobre os tipos de produto para os quais uma unidade certificada está licenciada.

2.5 Das Subcontratações

Quando uma certificadora subcontratar um trabalho relacionado à certificação à uma outra organização ou pessoa (inspeção, por exemplo), deverá ser firmado um contrato que inclua os procedimentos referentes à confidencialidade e aos conflitos de interesse.

As certificadoras devem assegurar que a pessoa ou organização subcontratada é competente e preenche todos os requisitos destes critérios, responsabilizando-se integralmente pelos serviços sub-contratados.

3. Da aplicação dos critérios

Com base nos presentes critérios, o CNPOrg pode adotar as seguintes medidas:

3.1 Da aprovação do credenciamento

Uma vez que a análise do processo demonstre que a certificadora solicitante atende a todas as exigências legais e aos critérios aqui estabelecidos, o CNPOrg pode aprovar o credenciamento, encaminhando sua resolução ao Secretário de Defesa Agropecuária para homologação e publicação.

3.2 Das recomendações:

O CNPOrg poderá deliberar que, considerado o contexto geral das políticas de certificação e o desempenho específico de um sistema, as consequências decorrentes do descumprimento de um critério em particular não sejam significativas.

O Colegiado Nacional poderá recomendar o cumprimento integral do critério, sem fazer disso uma condição de credenciamento. Fica reservado, contudo, o direito de transformar tais recomendações em condições, em função de reavaliações, ou que mudanças no sistema assim o garantam.

3.3 Do indeferimento da solicitação

Caso o sistema de trabalho da certificadora solicitante apresentar significativo número ou grau de irregularidades durante a avaliação, o Colegiado Nacional deverá indeferir a solicitação de credenciamento.

Neste caso, a certificadora solicitante deverá ser informada das medidas necessárias a serem adotadas e o prazo determinado. O CNPOrg deverá exigir provas do cumprimento das condições para que o credenciamento seja concedido, o que poderá demandar uma ou mais visitas da comissão técnica encarregada da auditoria de credenciamento.

3.4 Da suspensão ou cancelamento do credenciamento:

No caso de sistemas de certificação em andamento, o não-atendimento das disposições regulamentares pode levar à suspensão ou cancelamento do credenciamento, em função da gravidade das irregularidades apuradas por auditorias de supervisão.

O CNPOrg poderá suspender o credenciamento, definindo o prazo e as exigências a serem cumpridas pela certificadora solicitante, de modo a harmonizar seus procedimentos com os presentes critérios.

3.5 Das auditorias

As entidades certificadoras devem fazer constar, de seus regulamentos e contratos, cláusulas específicas que demonstrem que todas as ações previstas à serem inspecionadas por elas estarão sujeitas a serem auditadas por equipe oficial de auditores. Todas as informações e acessos previstos para as inspeções deverão estar garantidos para as auditorias de credenciamento e de supervisão.

Os procedimentos para auditorias de credenciamento e de supervisão estarão regulamentados por norma específica, sendo que o programa de auditoria terá que levar em consideração os procedimentos estabelecidos no Anexo III desta Portaria e outras observações levantadas pelo CNPOrg.

4. Da revisão dos critérios de credenciamento

Os presentes critérios serão reavaliados mediante as seguintes condições e procedimentos:

4.1 Das propostas de alteração

As propostas para alterações dos presentes critérios poderão ser encaminhadas a qualquer momento pelas partes interessadas, mediante solicitação formal ao CEPOrg que, após parecer, o encaminhará ao CNPOrg.

4.2 Das revisões periódicas

Os presentes critérios serão revisados bienalmente, mediante procedimento organizado pelo CNPOrg.

O Colegiado Nacional poderá, no intervalo das revisões periódicas, efetuar mudanças nos critérios de Credenciamento, caso se faça necessário em função do desenvolvimento do sistema de credenciamento, de harmonização com as normas internacionais ou de outros fatores pertinentes.

4.3 Da consulta pública

As propostas de alteração dos presentes critérios, sejam elas de iniciativa do Colegiado Nacional, das partes interessadas no processo de certificação ou decorrentes das revisões periódicas, serão submetidas à consulta pública, devendo, portanto, ser estabelecidos mecanismos de recebimento, sistematização e discussão de eventuais críticas ou sugestões encaminhadas.

4.4 Do poder de decisão

Caberá ao CNPOrg, avaliar as alterações propostas aos presentes critérios, devendo, após sua aprovação, encaminhá-las ao Secretário de Defesa Agropecuária para apreciação.

4.5 Da notificação das alterações

As certificadoras, já credenciadas ou em processo de credenciamento, serão informadas de qualquer mudança no prazo máximo de dois meses após a publicação dos novos critérios, por meio do CEPOrg onde se formalizou o pedido de credenciamento.

4.6 Da vigência das alterações

As alterações entram em vigor no dia de sua publicação.

Os pedidos de certificação que tiverem sido submetidos à avaliação antes da data de implantação das alterações serão qualificados conforme os critérios vigentes anteriormente.

No caso de deferimento dos pedidos, estas certificadoras deverão, juntamente com todas as outras certificadoras credenciadas, enviar uma declaração de concordância com os novos critérios, por ocasião da apresentação dos relatórios anuais.

Eventuais exclusões de critérios terão efeito imediato após sua publicação, não sendo mais exigido seu cumprimento, quer pelas certificadoras credenciadas, quer pelas certificadoras em processo de credenciamento.

ANEXO III

DIRETRIZES PARA PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO E CERTIFICAÇÃO

1. Da inspeção

Todos os procedimentos necessários à inspeção devem ser regulamentados pelas certificadoras.

1.1 Da indicação de inspetores

As indicações de inspetores, de responsabilidade das certificadoras ou empresas subcontratadas deverão ser efetuadas de modo que:

1.1.1 seja assegurada a necessária experiência para uma inspeção efetiva;

1.1.2 sejam excluídas quaisquer possibilidades de conflito de interesse; e

1.1.3 seja evitada a indicação contínua de um único inspetor para a mesma unidade certificada.

As unidades certificadas não podem escolher ou recomendar inspetores, devendo ser informadas da identidade do inspetor antes da visita de inspeção, e levantar objeções relacionadas a qualquer conflito de interesse em potencial, o que não se aplica às inspeções não-comunicadas previamente.

1.2 Das visitas de inspeção

Os inspetores e as certificadoras devem ter acesso a todas as instalações, inclusive aos registros contábeis e demais documentos das unidades certificadas.

As visitas de inspeção devem ser previamente preparadas, a fim de que os inspetores disponham de informações suficientes sobre as unidades certificadas. O planejamento prévio das visitas deve incluir, entre outras coisas, levantamentos de inspeções anteriores, descrições das atividades, dos processos, mapas, planos, especificações dos produtos, insumos utilizados, irregularidades detectadas anteriormente, infrações, medidas disciplinares adotadas e condições especiais estabelecidas para a certificação da unidade em análise.

As visitas, os questionários usados e os relatórios resultantes da inspeção devem ser suficientemente abrangentes, observando aspectos pertinentes às normas de produção, e que adequadamente validem a informação fornecida.

As certificadoras devem ter acesso a qualquer produção não-orgânica da unidade, ou demais unidades situadas nas proximidades que, por propriedade ou vínculos administrativos, estiverem relacionadas com a atividade certificada. As inspeções, inclusive a revisão de documentos, devem incluir tais unidades quando houver razão para tanto.

Os relatórios de inspeção e a inspeção devem, até onde possível, seguir roteiros e regras preestabelecidas, visando a promover procedimentos de inspeção objetivos e não-discriminatórios. Estes relatórios devem ser planejados para permitir elaboração e análise do inspetor em áreas onde o cumprimento das exigências possa ser parcial, as normas possam não estar claras ou outras ocorrências extraordinárias.

1.3 Das informações.

As informações contidas nos relatórios devem incluir os seguintes itens, além de outros circunstancialmente necessários:

- 1.3.1 data e hora da inspeção;
- 1.3.2 pessoas entrevistadas;
- 1.3.3 culturas, criações ou produtos cuja certificação tenha sido solicitada;
- 1.3.4 lavouras, pastagens e instalações visitadas;
- 1.3.5 documentos revisados;
- 1.3.6 observações dos inspetores; e
- 1.3.7 avaliação do cumprimento de padrões e exigências de certificação.

1.4 Da abrangência e frequência das inspeções

A abrangência e a frequência das inspeções serão determinadas por fatores como:

- 1.4.1 volume da produção;
- 1.4.2 tipo de produção;
- 1.4.3 tamanho do empreendimento;
- 1.4.4 resultado de inspeções prévias;
- 1.4.5 registro do cumprimento das exigências legais pela unidade certificada;
- 1.4.6 reclamações recebidas pela certificadora;

1.4.7 exclusividade da produção certificada ou ocorrência de produção paralela;

1.4.8 risco de contaminação por deriva; e

1.4.9 complexidade da produção.

As diretrizes de atuação das certificadoras devem ser documentadas e, obrigatoriamente, conter disposições específicas relacionadas à frequência das inspeções, com a definição das fontes de recursos para a realização das ordinárias e das extraordinárias.

As inspeções das unidades certificadas e de entidades subcontratadas devem ser realizadas, no mínimo, uma vez ao ano, sendo que o intervalo de tempo entre as inspeções programadas não poderá ter uma regularidade que as tornem previsíveis.

Devem ser provisionados recursos para a realização do maior número de inspeções, de acordo com os fatores acima mencionados.

Deve ser definida a porcentagem mínima de inspeções sem aviso prévio, assim como os critérios para seleção de unidades sujeitas a tais inspeções.

1.5 Das análises laboratoriais

As análises laboratoriais não são o principal instrumento em certificação orgânica, mas podem ser necessárias para subsidiar alguns procedimentos de inspeção ou para o atendimento de declarações adicionais exigidas em algumas certificações.

As certificadoras devem possuir políticas e procedimentos regulamentados para as análises de resíduos, testes genéticos e outras análises. Os procedimentos adotados pelas certificadoras devem prever, pelo menos:

1.5.1 a indicação dos casos em que devem ser coletadas amostras;

1.5.2 a obrigatoriedade de amostragem nas suspeitas de uso de substâncias proibidas pelas normas;

1.5.3 procedimentos apropriados a serem adotados quando as normas estabelecerem limites para a contaminação de resíduos ou produtos;

1.5.4 indicação dos requisitos para amostragens aleatórias;

1.5.5 instruções sobre procedimentos e métodos de amostragem;

1.5.6 procedimentos de pós-amostragem; e

1.5.7 indicação da responsabilidade para pagamento dos custos.

As análises devem ser executadas por laboratórios credenciados por órgãos oficiais. Nos casos de inexistência de credenciamento, a aprovação dos laboratórios deverá ser submetida ao CNPOrg.

1.6 Da inspeção e certificação durante o período de conversão

Nos casos em que forem estabelecidos períodos de conversão para a produção orgânica, a certificação não será efetuada antes de decorrido o prazo estabelecido para a conversão.

Podem ser adotadas exceções, quando o cumprimento integral das normas puder ser comprovado, mediante a aplicação de políticas e procedimentos previamente estabelecidos pelas certificadoras. As provas necessárias não devem estar limitadas apenas a documentos e atestados.

Quando o período de conversão for reduzido ou não for exigido para as práticas agrícolas convencionais, conforme o estabelecido pelas normas, a certificadora deverá verificar se aquelas práticas estão em conformidade com as normas e padrões oficiais.

1.7 Da inspeção para conversão parcial ou produção paralela

As certificadoras devem ter estabelecido regimes especiais de inspeção nos casos onde houver conversão parcial da propriedade ou produção paralela, de modo a garantir que a certificação só será concedida quando houver um sistema que assegure que:

1.7.1 o sistema de armazenamento assegura manipulação separada;

1.7.2 a documentação relativa à produção será apropriadamente administrada, fazendo distinções claras entre produção certificada e não-certificada;

1.7.3 as inspeções sejam efetuadas em períodos críticos e com maior frequência;

1.7.4 que estejam disponíveis estimativas de produção confiáveis;

1.7.5 os produtos sejam distinguíveis;

1.7.6 o processo de obtenção do produto seja efetuado de modo que haja método confiável para verificar o efetivo volume da produção por meio de inspeções extraordinárias.

O sistema adotado deverá ser aprovado pelas certificadoras para cada situação individual.

As certificadoras deverão desenvolver procedimentos de inspeção apropriados e adequados para os casos de produção paralela

1.8 Da inspeção para impedir o uso de produtos geneticamente modificados

As certificadoras devem possuir um sistema de inspeção que evite o uso de produtos geneticamente modificados.

As certificadoras devem publicar e distribuir a todas as unidades certificadas e inspetores, no mínimo uma vez ao ano, uma lista dos produtos geneticamente modificados conhecidos, relacionados às suas áreas de certificação ou uma lista de produtos conhecidos que não sejam geneticamente modificados. Alternativamente, as certificadoras podem obter e distribuir listas produzidas por terceiros.

As listas devem incluir os seguintes itens:

- 1.8.1 material de propagação vegetal e reprodução animal;
- 1.8.2 animais;
- 1.8.3 insumos agrícolas; e
- 1.8.4 ingredientes, aditivos alimentares e coadjuvantes de processamento.

Quando determinado pelas certificadoras, as unidades certificadas devem exigir e manter declarações, assinadas pelos seus fornecedores, da ausência de produtos geneticamente modificados nos insumos ou ingredientes fornecidos.

1.9 Da inspeção nas fases da produção

Cada etapa na obtenção de um produto deve ser inspecionada, pelo menos, uma vez ao ano. Isto significa que não só os produtores agrícolas, mas também as unidades de armazenamento, de processamento, empacotamento etc sejam inspecionadas. Qualquer exceção estará baseada em uma avaliação de risco documentada e estará restrita às situações aqui identificadas.

1.10 Da inspeção de produtos embalados

As certificadoras não são obrigadas a adotar sistemas de inspeção de produtos após sua embalagem para o consumo final ou após a emissão de um certificado de transação comercial. Entretanto, sua responsabilidade continua em situações onde haja risco de alteração da natureza orgânica dos produtos ao longo da cadeia de custódia.

1.11 Da inspeção de depósitos e armazéns

As inspeções em armazéns podem ser dispensadas, em função do tipo de armazenamento, de produto, de empacotamento, das práticas e do tempo de armazenamento. Será exigida uma inspeção preliminar para determinar a necessidade de futuras inspeções.

1.12 Da inspeção de transportadoras

A atividade de transporte não é certificada normalmente, mas permanece sob responsabilidade do detentor do produto na fase do transporte.

1.13 Da inspeção e certificação de produção extrativista

1.13.1 Os coletores de produtos extrativistas, por suas especificidades, estão sujeitos a exigências diferenciadas de forma a manter a integridade do sistema de certificação.

As unidades produtoras extrativistas certificadas devem dispor de instruções para os coletores, determinando normas, padrões e outras exigências para certificação, sendo responsáveis por seu cumprimento.

As unidades certificadas devem manter registros de todos os coletores, produtos e respectivas quantidades adquiridas de cada um.

As unidades certificadas devem dispor de mapas ou croquis geo-referenciados, delimitando as áreas de coleta e detalhando infra-estrutura, vias de acesso e acidentes geográficos relevantes.

1.13.2 Os procedimentos de inspeção, além de visitas à unidade certificada e suas instalações, devem também incluir:

- entrevistas com coletores e intermediários locais;

- visita a uma fração representativa da área certificada;

- entrevistas com pessoas e instituições ligadas a questões ambientais e sociais que possam prestar informações sobre a unidade produtora.

1.14 Da inspeção de insumos

Certificadoras que operam sistemas de aprovação de insumos para as unidades de produção, sem licença ou cessão de direitos ao uso de logotipo para o fabricante, quando publiquem listas ou de qualquer outro modo aprovem produtos sem certificação formal, devem ter regulamentado, pelo menos, os seguintes pontos:

1.14.1 o procedimento de matrícula, inclusive os documentos necessários a serem apresentados pelo solicitante;

1.14.2 o procedimento a ser seguido na avaliação do cumprimento das normas e padrões aplicáveis aos produtos;

1.14.3 a responsabilidade e competência pelas decisões;

1.14.4 o tempo de concessão para a aprovação e a exigência ao fabricante de informar mudanças na composição dos produtos ou outros fatores relevantes; e

1.14.5 uma declaração clara da natureza e garantia da aprovação.

Os sistemas de aprovação não devem permitir qualquer indicação da aprovação no próprio produto e não isentem o produtor do insumo de cumprir com as demais exigências legais que regulamentem esse segmento.

1.15 Dos sistemas de certificação de insumos

As certificadoras que emitem certificados ou permitem o uso de sua marca de certificação em insumos, além das medidas especificadas em 1.14, devem documentar os procedimentos de inspeção e certificação, incluindo os requisitos definidos para certificação neste instrumento, devendo ser claramente indicadas a frequência de inspeção e as exigências não-referentes à composição do produto, que serão objeto de inspeção e que serão avaliadas no processo de certificação como poluição ambiental, riscos de contaminação, etc.

1.16 Da inspeção das relações sociais

As certificadoras deverão incluir nos seus procedimentos de inspeções a avaliação dos seguintes aspectos:

- atendimento à legislação trabalhista;
- cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- condições de acesso à moradia, escola e saúde;
- relações comerciais.

1.17 Da inspeção dos aspectos ambientais

Com relação aos aspectos ambientais, deverá ser observado o que determina a legislação ambiental nos âmbitos federal, estadual e municipal.

2. Da certificação

2.1 Do conselho de certificação e das decisões de certificação

As decisões relativas ao processo de certificação, que abrangem a aprovação inicial das unidades certificadas, mas também a subsequente aprovação de produtos, mudanças na produção, adoção de medidas disciplinares e outras, devem ser tomadas por um Conselho de Certificação, cujos critérios para funcionamento devem ser adotados em consonância com as normas oficiais vigentes.

A estrutura das certificadoras assegurará que cada decisão de certificação seja tomada por pessoas não-envolvidas com as atividades de inspeção, de maneira que seja assegurada a competência funcional suficiente. O critério para a seleção de membros para o Conselho de Certificação deve refletir diversidade, sem predomínio de qualquer interesse específico.

Quando as decisões de certificação forem delegadas a gerentes ou a pequenos comitês, as certificadoras devem provar que o Conselho de Certificação detém o controle final e a responsabilidade sobre as decisões, mediante a elaboração de relatórios e atividades de inspeção interna.

2.2 Do processo de certificação

As certificadoras devem adotar políticas e procedimentos regulamentados, nos quais sejam obrigatoriamente abordadas disposições sobre:

2.2.1 todas as etapas do processo de certificação, desde a análise da solicitação inicial até a certificação final;

2.2.2 indicação da situação de todas as unidades certificadas e seus produtos, ao longo do processo de certificação;

2.2.3 procedimentos para ampliação e atualização da certificação, incluindo certificação de produtos individuais (as certificadoras devem exigir que as unidades certificadas informem qualquer alteração em produtos, processos de produção, ampliações na área de cultivo e outras. As certificadoras deverão avaliar a necessidade de investigações adicionais em função das mudanças informadas. Neste caso, as unidades certificadas não devem comercializar produtos certificados decorrentes das alterações processadas sem notificação apropriada das certificadoras);

2.2.4 decisões de certificação que sejam registradas e claramente comunicadas às unidades certificadas;

2.2.5 casos de indeferimento do pedido de certificação com as razões que motivaram aquela decisão claramente justificadas;

2.2.6 condições e restrições que podem ser adotadas e os mecanismos para monitorá-las;

2.2.7 critérios para a aceitação de unidades de produção e comercialização, anteriormente certificadas por outras certificadoras que sejam documentados, devendo ser requisitados informações relevantes da certificação anterior;

2.2.8 encaminhamento de registros pertinentes, quando solicitado pela unidade certificada, à outra certificadora;

2.2.9 periodicidade e prazo para elaboração de relatórios de inspeção e decisão de certificação; e

2.2.10 providências cabíveis nos casos de irregularidades que devem ser adotadas com a mais alta prioridade.

2.3 Das exceções

As certificadoras devem adotar critérios claros e procedimentos para os casos em que podem ser adotadas exceções às normas de certificação e submetê-los, por meio do CEPORG, à aprovação do CNPORG. Estas concessões

especiais devem ser limitadas a um período de tempo definido e suas razões devem ser justificadas em bases técnico-científicas, ambientais e sociais.

2.4 Dos recursos

As certificadoras devem possuir procedimentos para análise de recursos apresentados contra decisões de certificação, devendo manter registro de todas os recursos impetrados e documentar as ações decorrentes. As pessoas responsáveis pelas decisões questionadas não podem estar envolvidas na análise dos recursos.

2.5 Dos arquivos das unidades certificadas

Os arquivos sobre as unidades certificadas devem ser atualizados e conter todo o histórico, informações pertinentes e especificações dos sistemas de produção e processamento e dos produtos. As certificadoras devem dispor de dados relevantes sobre todas as unidades certificadas, incluindo quaisquer unidades subcontratadas e membros de grupos de produtores.

Os relatórios de inspeção e documentação escrita devem conter informação suficiente para que a certificadora tome decisões competentes e objetivas.

Os arquivos devem demonstrar o modo no qual cada procedimento de certificação foi aplicado, incluindo os relatórios de inspeção e os resultado de medidas disciplinares impostas.

As certificadoras devem regularmente atualizar as listas de todas as unidades de produção e de todos os produtos certificados.

2.6 Dos registros

Devem ser mantidos registros sobre irregularidades, precedentes, exceções e medidas disciplinares que existam de cada unidade certificada, de modo a ser possível um fácil acesso às informações e permitir uma visão geral da situação.

Estas informações devem estar disponíveis, tanto nos arquivos individuais das unidades certificadas como num arquivo separado.

2.7 Dos relatórios anuais de certificação

Os relatórios anuais devem relacionar:

2.7.1 número de inspeções executadas;

2.7.2 número de unidades certificadas, divididas em grupos por área de atuação;

- 2.7.3 países, estados e municípios nos quais a certificadora opera;
- 2.7.4 frequência e tipo de irregularidades e as medidas disciplinares adotadas;
- 2.7.5 frequência e tipo de isenções;
- 2.7.6 frequência e tipo de reclamações;
- 2.7.7 frequência e tipo de recursos; e
- 2.7.8 outras áreas de interesse.

2.8 Da integridade do sistema

O sistema de certificação deve estar baseado em acordos formais e responsabilidades claras firmados por todas as partes envolvidas na cadeia de produção de um produto certificado.

As unidades certificadas devem assumir compromissos formais, obrigando-se, entre outras providências, a:

- 2.8.1 seguir as normas de produção e outros requisitos publicados para certificação;
- 2.8.2 consentir com a realização de inspeções, incluindo as realizadas pelo órgão credenciador das certificadoras;
- 2.8.3 fornecer informações precisas e no prazo determinado;
- 2.8.4 informar a certificadora de quaisquer alterações.

As certificadoras não devem permitir sucessivos ingressos e saídas de unidades certificadas no sistema de certificação.

2.9 Das medidas disciplinares

As certificadoras devem estabelecer e regulamentar medidas disciplinares e sanções, incluindo procedimentos atinentes às infrações de menor importância.

As medidas disciplinares devem ter efetividade e devem ser aplicadas segundo procedimentos claros.

2.10 Da suspensão da certificação

As certificadoras devem adotar procedimentos de suspensão de certificação de lotes de produtos em que tiverem sido verificadas infrações que afetem a qualidade orgânica dos produtos.

A certificação de uma unidade certificada deverá ser suspensa, por período determinado, nos casos de irregularidades graves.

2.11 Das marcas e certificados

As certificadoras devem possuir diretrizes relativas ao uso de sua marca ou outra referência para a certificação, devendo exercer controle apropriado sobre o uso de suas licenças, certificados e marcas de certificação.

O uso enganoso de licenças, certificados, marcas ou quaisquer referências indevidas ao sistema de certificação deve ser submetido a medidas corretivas apropriadas, da mesma forma que no caso de uso das marcas ou selos em unidades produtoras não-certificadas.

As certificadoras devem possuir procedimentos regulamentados para suspensão e cancelamento de contratos, certificados e marcas de certificação.

2.12 Dos certificados

Os certificados deverão mencionar:

- 2.12.1 nome e endereço da unidade certificada;
- 2.12.2 nome e endereço da entidade certificadora;
- 2.12.3 referência às normas e padrões aplicáveis;
- 2.12.4 produtos ou categorias de produto envolvidos;
- 2.12.5 data de emissão; e
- 2.12.6 validade.

2.13 Dos certificados de transação

As certificadoras somente podem emitir certificados se o vendedor fornecer todos os detalhes necessários. A emissão só pode se dar após a certificadora adotar procedimentos adequados para verificar a veracidade das informações fornecidas.

Deverão ser adotadas medidas para que os certificados contenham informações suficientes, visando à prevenção do uso fraudulento.

As cópias dos certificados de transação emitidos serão arquivadas, de modo a permitir fácil acesso nas auditorias de supervisão nas unidades certificadas.

2.14 Das declarações de transação

As certificadoras devem ter regulamentados procedimentos que permitam às unidades certificadas emitir declarações de transação, que devem conter:

- 2.14.1 o nome do vendedor;
 - 2.14.2 o nome do comprador;
 - 2.14.3 a data de entrega;
 - 2.14.4 a data de emissão do certificado;
 - 2.14.5 descrição clara dos produtos, sua quantidade e, quando relevante, a qualidade e a estação de colheita;
 - 2.14.6 números de lote e outros tipos de identificação (marcas) dos produtos;
 - 2.14.7 referência à fatura ou ao conhecimento de embarque;
 - 2.14.8 a indicação da certificadora e das normas aplicáveis;
 - 2.14.9 a declaração da unidade certificada de que o produto foi produzido de acordo com as normas aplicáveis; e, quando aplicável
 - 2.14.10 certificação de matérias-primas e qualquer outra certificação necessária.
- 2.15 Da informação para as unidades certificadas

As certificadoras assegurarão que cada unidade certificada terá, por ocasião da solicitação e no decurso do processo de certificação:

- 2.15.1 versões atuais das normas aplicáveis;
- 2.15.2 descrições adequadas dos processos de inspeção, certificação e recursos;
- 2.15.3 informação de mudanças nas normas e procedimentos pertinentes em tempo hábil;
- 2.15.4 certificados atuais ou outra prova por escrito da situação da certificação; e
- 2.15.5 cópias de contratos e licenças válidas.

As unidades certificadas devem ter direito a cópias dos relatórios de inspeção e a qualquer outra documentação relacionada à certificação da produção, a menos que os documentos sejam confidenciais, como as reclamações arquivadas, e as seções confidenciais dos relatórios de inspeção e outros, de acordo com os critérios de confiabilidade definidos pelas certificadoras.

- 2.16 Dos registros e documentação mantidos pelas unidades certificadas

As certificadoras devem requerer que cada unidade certificada tenha um sistema de registro adaptado ao tipo de produção que permita a obtenção, por ela, de informações para realizar as verificações necessárias sobre produção, armazenamento, processamento, aquisições e vendas.

2.17 Da produção subcontratada

As certificadoras devem possuir regras para a produção subcontratada, situações em que uma unidade certificada tem produção subcontratada de outras entidades prestadoras de determinados serviços como armazenamento, manipulação, processamento, etc, que devem, pelo menos:

2.17.1 proibir a subcontratada de comercializar os produtos;

2.17.2 aplicar-se exclusivamente a situações em que o processo de produção, o fornecimento das matérias-primas e as vendas estão sob controle da unidade certificada principal. Normalmente isto significa que a unidade subcontratada não tem marca no produto; e

2.17.3 exigir que a unidade principal tenha responsabilidade completa pela produção subcontratada.

As certificadoras devem determinar que os contratos, entre a unidade certificada principal e a subcontratada, incluam cláusulas relativas ao cumprimento das normas, à obrigação de fornecimento de informações e concessão de acesso à certificadora. As certificadoras devem assegurar que cada unidade subcontratada tenha disponível a versão atual das normas aplicáveis e uma descrição geral do sistema de certificação.

Devem ser adotados procedimentos normais de inspeção das unidades subcontratadas.

2.18 Da certificação de associações de produtores

As certificadoras que adotarem procedimentos especiais para certificação de pequenos produtores, projetos de assentamento e outras circunstâncias semelhantes devem possuir regulamentação dos procedimentos para inspeção destes grupos que, freqüentemente, diferem dos aplicáveis às unidades certificadas individuais. Nestes casos, pode ser adotada sistemática de inspeções anuais que não abranja todas as unidades individuais.

Para a certificação desses grupos, todas as unidades individuais têm que ser objeto de inspeção inicial pela certificadora.

As certificadoras devem restringir sua atuação aos grupos que atendam aos seguintes requisitos:

2.18.1 constituídos de produtores que adotem sistemas agrícolas e produção semelhantes;

2.18.2 possuam estratégias de mercado coordenadas, para permitir a supervisão do fluxo de produção;

2.18.3 tenham organização e estrutura suficientes para assegurar um sistema de controle interno que garanta a adoção, por parte das unidades individuais, dos procedimentos regulamentados;

2.18.4 possuam registros do controle interno para fiscalização pela certificadora onde esteja assegurado que:

2.18.4.1 as inspeções internas em todas as unidades sejam realizadas ao menos uma vez por ano;

2.18.4.2 novas unidades somente sejam incluídas após a realização de inspeções pela certificadora;

2.18.4.3 as inspeções internas abordam adequadamente a adesão das unidades individuais aos objetivos comuns do grupo;

2.18.4.4 os casos de irregularidades são adequadamente conduzidos;

2.18.4.5 registros adequados de inspeções sejam mantidos pelo sistema interno de controle;

2.18.4.6 os registros internos correspondem aos fatos observados pela certificadora;

2.18.4.7 as unidades têm adequada compreensão das normas e padrões, e o sistema de controle interno auxilia na adoção de seus princípios.

Todas as unidades do grupo devem ter acesso a uma cópia das normas ou das seções pertinentes das normas, apresentadas de forma adaptada ao seu modo de expressão, capacidade e conhecimento.

A administração do grupo deve assinar um acordo formal, para definir a responsabilidade do grupo e de seu sistema de controle interno, em que deve ser incluída a exigência do compromisso de todas as unidades individuais ao cumprimento das normas vigentes e de permitir a realização de inspeções.

As inspeções da associação devem ser feitas pelas certificadoras, devendo incluir inspeções de uma porcentagem de unidades individuais. A porcentagem de unidades sujeita a inspeção, no mínimo de 25% dos associados e cujos critérios de cálculo devem estar definidos pela certificadora, levando em conta o número de operações envolvidas, o tamanho de cada uma, o grau de uniformidade, o sistema de produção e a estrutura administrativa.

A avaliação do sistema de controle interno deve ser empreendida pelo menos uma vez ao ano pelas certificadoras, devendo ser totalmente documentada.

As certificadoras devem manter informações básicas sobre todas as unidades individuais. Estas informações deverão incluir a identificação, nome, ano de ingresso no grupo, mapa de localização da área, área da propriedade, receita proveniente das colheitas, as últimas inspeções interna e externa e os registros de produção.

A certificadora deve ter regulamentada uma política clara de sanções no caso de irregularidades frente às normas e padrões, incluindo a identificação das falhas no sistema de controle interno, como situações em que irregularidades graves forem apuradas pelas certificadoras e não pelo sistema de controle interno. Devem possuir procedimentos para suspensão da certificação da associação, nos casos de falha do sistema de controle interno.

2.19 Da transferência de certificação

As certificadoras credenciadas somente podem aceitar a transferência de certificação de produtos certificados por outra certificadora credenciada. Nos casos de produtos importados, pode ser aceita a transferência quando o CNPOrg houver reconhecido a equivalência dos critérios e procedimentos oficiais utilizados no país de origem.

Os procedimentos adotados pelas certificadoras para transferência de certificação devem estar claramente regulamentados.

Deve haver um registro formal de certificadoras, credenciadas ou reconhecidas, que são aceitas. A inclusão neste registro se faz com base em visita recente e adequada para avaliação e relatório, conduzida pela certificadora que concede a aceitação ou por terceiros, no credenciamento junto ao Órgão Colegiado Nacional e no reconhecimento, pelo CNPOrg, de sistema de credenciamento considerado equivalente ao nacional, para certificadoras estrangeiras registradas no Brasil, ou certificadoras estrangeiras cujos produtos estão sendo importados.

As certificadoras devem demonstrar, para cumprimento do credenciamento do Colegiado Nacional, a equivalência do outro sistema de certificação.

Toda a documentação dos sistemas registrados, inclusive normas, procedimentos de inspeção e certificação e relatórios de avaliação devem estar disponíveis.

Deve ser assinado um contrato entre as certificadoras, que determine as obrigações das partes, o que também pode ser um acordo multilateral. Este contrato deve observar, pelo menos, as seguintes providências:

- 2.19.1 o âmbito do mútuo reconhecimento;
- 2.19.2 os procedimentos e condições para aceitação de um produto certificado pela outra parte;
- 2.19.3 a obrigação da informação à outra parte, das alterações do programa ou das normas e padrões;
- 2.19.4 a obrigação da informação à outra parte, sobre a produção certificada;
- 2.19.5 as indenizações;
- 2.19.6 a obrigação de informação à outra parte, nos casos de cancelamento de credenciamento ou ocorrências similares;
- 2.19.7 o direito de inspecionar o desempenho da outra parte;
- 2.19.8 o direito de acesso a informações relevantes;
- 2.19.9 o regulamento de confidencialidade; e
- 2.19.10 as providências para a solução de controvérsias.

A aprovação de transferência esta sujeita a atualizações e revisões periódicas. Os produtores, processadores, comerciantes ou outras unidades certificadas devem ser prontamente informados sobre qualquer alteração na situação das certificadoras reconhecidas.

2.20 Da recertificação de produtos

As certificadoras somente podem aceitar projetos ou produtos certificados por outras certificadoras se as seguintes condições forem preenchidas:

- 2.20.1 os procedimentos e a responsabilidade da tomada de decisões devem estar claramente regulamentados e seguir os mesmos princípios da própria certificação;
- 2.20.2 os relatórios de inspeção recentes e outra documentação relevante devem estar disponíveis;
- 2.20.3 as certificadoras devem avaliar as salvaguardas para garantir a integridade e a competência dos inspetores e das inspeções. A avaliação deve ser documentada e demonstrar a utilização de critérios objetivos;
- 2.20.4 a certificação desses projetos e produtos deve ser feita por um tempo limitado, com fito em critérios estabelecidos nas normas de cada certificadora, e sujeita a revisões anuais.

2.21 Da certificação conjunta

O Órgão Colegiado Nacional reconhece a possibilidade de parcerias ou empreendimentos conjuntos entre certificadoras, reservando-se o direito de estabelecer critérios pertinentes no futuro. Na ausência dos critérios específicos para certificação conjunta, deve ser observado o disposto no item 2.19 deste anexo.

LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

§ 1º A finalidade de um sistema de produção orgânico é:

I – a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;

II – a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;

III – incrementar a atividade biológica do solo;

IV – promover um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;

V – manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;

VI – a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;

VII – basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;

VIII – incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;

IX – manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.

§ 2º O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico,

agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.

Art. 2º Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele **in natura** ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.

Parágrafo único. Toda pessoa, física ou jurídica, responsável pela geração de produto definido no **caput** deste artigo é considerada como produtor para efeito desta Lei.

Art. 3º Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 1º No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

§ 2º A certificação da produção orgânica de que trata o **caput** deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País.

Art. 4º A responsabilidade pela qualidade relativa às características regulamentadas para produtos orgânicos caberá aos produtores, distribuidores, comerciantes e entidades certificadoras, segundo o nível de participação de cada um.

Parágrafo único. A qualidade de que trata o **caput** deste artigo não exime os agentes dessa cadeia produtiva do cumprimento de demais normas e regulamentos que estabeleçam outras medidas relativas à qualidade de produtos e processos.

Art. 5º Os procedimentos relativos à fiscalização da produção, circulação, armazenamento, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros, serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo.

§ 1º A regulamentação deverá definir e atribuir as responsabilidades pela implementação desta Lei no âmbito do Governo Federal.

§ 2º Para a execução desta Lei, poderão ser celebrados convênios, ajustes e acordos entre órgãos e instituições da Administração Federal, Estados e Distrito Federal.

Art. 6º Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração das disposições desta Lei será apurada em processo administrativo e acarretará, nos

termos previstos em regulamento, a aplicação das seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I – advertência;

II – multa de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

III – suspensão da comercialização do produto;

IV – condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias-primas;

V – inutilização do produto;

VI – suspensão do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença;

e

VII – cancelamento do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença.

Art. 7º Caberá ao órgão definido em regulamento adotar medidas cautelares que se demonstrem indispensáveis ao atendimento dos objetivos desta Lei, assim como dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma de seu regulamento.

§ 1º O detentor do bem que for apreendido poderá ser nomeado seu depositário.

§ 2º Os custos referentes a quaisquer dos procedimentos mencionados neste artigo correrão por conta do infrator.

Art. 8º As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que produzam, transportem, comercializem ou armazenem produtos orgânicos ficam obrigadas a promover a regularização de suas atividades junto aos órgãos competentes.

Parágrafo único. Os procedimentos de registro, cadastramento, licenciamento e outros mecanismos de controle deverão atender ao disposto no regulamento desta Lei e nos demais instrumentos legais pertinentes.

Art. 9º Os insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica deverão ser objeto de processo de registro diferenciado, que garanta a simplificação e agilização de sua regularização.

Parágrafo único. Os órgãos federais competentes definirão em atos complementares os procedimentos para a aplicabilidade do disposto no **caput** deste artigo.

Art. 10. Para o atendimento de exigências relativas a medidas sanitárias e fitossanitárias, as autoridades competentes deverão, sempre que possível, adotar

medidas compatíveis com as características e especificidades dos produtos orgânicos, de modo a não descaracterizá-los.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, definindo as normas técnicas para a produção orgânica e sua estrutura de gestão no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º A regulamentação deverá contemplar a participação de representantes do setor agropecuário e da sociedade civil, com reconhecida atuação em alguma etapa da cadeia produtiva orgânica.

§ 2º A regulamentação desta Lei será revista e atualizada sempre que necessário e, no máximo, a cada quatro anos.

Art. 12. (VETADO).

Parágrafo único. O regulamento desta Lei deverá estabelecer um prazo mínimo de 01 (um) ano para que todos os segmentos envolvidos na cadeia produtiva possam se adequar aos procedimentos que não estejam anteriormente estabelecidos por regulamentação oficial.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Roberto Rodrigues

Marina Silva

LEI Nº 12.117, DE 07/01/2002
(DO-SC, DE 09/01/2002)

Dispõe sobre a Certificação de Qualidade, Origem e Identificação de Produtos Agrícolas e de Alimentos e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam instituídos, no território catarinense, para identificar a qualidade e a origem de produtos agrícolas e de alimentos, emitidos por autoridade competente, os seguintes selos:

- I - Denominação de Origem Controlada - DOC;
- II - Indicação Geográfica Protegida - IGP;
- III - Produto de Agricultura Orgânica - ORG;
- IV - Produto de Origem Familiar - FAM; e
- V - Certificado de Conformidade - CCO.

§ 1º - A emissão de selos para reconhecimento de Denominações de Origem Controlada - DOC - ou de Indicação Geográfica Protegida - IGP -, somente será efetivada em benefício de produtores rurais, pescadores ou empreendedores quando organizados em associações, sendo vedada sua concessão à pessoa física.

§ 2º - Para efeitos desta Lei, entende-se por associações os agrupamentos ou organizações de produtores ou transformadores de um mesmo produto agrícola ou alimento, sendo aceita qualquer forma jurídica ou composição.

§ 3º - O reconhecimento de produtos e alimentos, processados ou não, para concessão de selos de Produto de Agricultura Orgânica - ORG -, de Produto de Origem Familiar - FAM - ou Certificado de Conformidade - CCO - também poderá ser efetuado em benefício de produtores individuais.

Art. 2º - A adesão aos princípios e normas estabelecidos na presente Lei para obtenção de selos de garantia de qualidade e origem é facultativa e de livre arbítrio dos interessados.

Art. 3º - Constitui uma Denominação de Origem Controlada - DOC -, o nome dado a uma região ou a uma localidade do Estado de Santa Catarina que sirva para designar um produto agrícola ou um alimento originário desta mesma região ou localidade, quando a qualidade ou características específicas são de forma comprovada atribuídas, essencialmente ou exclusivamente, ao meio geográfico - compreendendo os fatores naturais e humanos - e cuja produção, processamento, transformação ou elaboração ocorram nesta mesma área geográfica delimitada.

§ 1º - A Denominação de Origem Controlada - DOC - reconhece e protege a denominação geográfica sob a qual um produto se tornou notório, com nítida ligação

entre o produto, o território e o talento do homem.

§ 2º - Os atributos do meio geográfico compreendem fatores naturais como solo e clima e fatores humanos, como saber fazer, tradição e cultura.

Art. 4º - Constitui uma Indicação Geográfica Protegida - IGP -, o nome de uma região ou de um local determinado do Estado de Santa Catarina que sirva para designar um produto agrícola ou um alimento originário desta região ou localidade, quando a reputação ou característica peculiar, embora ainda não comprovada cientificamente, possa ser atribuída a essa origem geográfica e cuja produção, processamento, transformação ou elaboração ocorram na área geográfica delimitada.

Parágrafo único - Um produto com certificação de Indicação Geográfica Protegida - IGP - pode dar origem a uma certificação de Denominação de Origem Controlada - DOC - quando sua característica puder ser atribuída ao meio geográfico.

Art. 5º - Um nome não pode ser registrado como Denominação de Origem Controlada - DOC - ou como Indicação Geográfica Protegida - IGP - quando conflitar com o nome de uma variedade vegetal, de uma raça ou de uma linhagem animal, quando a denominação se tornar genérica ou quando se tornar nome comum de um produto ou gênero alimentício, capazes de induzir o consumidor ao engano quanto à verdadeira origem do produto.

Art. 6º - Constitui um Produto de Agricultura Orgânica - ORG - o produto agrícola ou alimento, in natura ou processado, obtido em sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, sem a utilização de produtos químicos de síntese ou sintéticos.

§ 1º - O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os sistemas denominados ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permanente, sustentável e permacultura e cuja produção, processamento, transformação ou elaboração foi efetuada sem a utilização de produtos químicos de síntese ou sintéticos, sem utilização de organismos geneticamente modificados ou transgênicos, sem emprego de radiações ionizantes e respeitado o meio ambiente e o bem estar dos homens e dos animais.

§ 2º - Considera-se produtor orgânico, para efeito desta Lei, tanto o produtor de matérias-primas e de alimentos como o processador das mesmas.

§ 3º - Considera-se unidade de produção, a propriedade rural em que se reservem áreas exclusivas sob sistema orgânico de produção, observando-se o período de conversão definido pelo Serviço de Selos e Certificações de Qualidade.

§ 4º - Para que um produto possa receber a denominação de orgânico, deverá ser proveniente de um sistema onde tenham sido aplicadas as bases estabelecidas na presente Lei.

Art. 7º - Constitui um Produto de Origem Familiar - FAM -, o produto agrícola ou alimento cujo atributo se deva essencialmente ao caráter familiar e artesanal de sua produção, processamento, transformação ou elaboração.

Art. 8º - Constitui um produto com Certificado de Conformidade - CCO -, o produto agrícola ou alimento que apresenta atributos específicos de qualidade e foi gerado conforme normas de produção, transformação, fabricação ou embalagem previamente fixadas para a obtenção destes atributos de qualidade.

Art. 9º - Para obter o reconhecimento e utilizar um dos selos instituídos nesta Lei, o produto agrícola ou alimento deve atender a um conjunto de especificações contidas no Caderno de Normas e Especificações, estabelecidas pelo Serviço de Selos e Certificações de Qualidade.

Parágrafo único - Além das normas e especificações estabelecidas pelo Serviço de Selos e Certificações de Qualidade, é necessária a observância das exigências sanitárias em vigor no município, Estado ou União, segundo a abrangência do mercado a que se destina o produto certificado, e atendidas as disposições do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 10 - Denomina-se "Certificação" o ato pelo qual uma terceira parte afirma que um produto, processo ou serviço, devidamente identificado, está em conformidade com uma norma ou um outro documento normativo especificado.

Art. 11 - Sistema de Certificação é um sistema com suas próprias regras de procedimento e gestão, destinado a efetuar a Certificação.

Art. 12 - Serviço de Selos e Certificações de Qualidade é o organismo oficial que gere a certificação de produtos agrícolas e alimentares.

Art. 13 - Certificadora é o organismo de controle credenciado pelo Serviço de Selos e Certificações de Qualidade para executar, em matéria de certificação, serviços de inspeção, verificando o fiel cumprimento do caderno de normas e especificações.

Parágrafo único - Para que uma Certificadora possa ser credenciada junto ao Serviço de Selos e Certificações de Qualidade, deverá comprovar, entre outras exigências, não manter vínculos ou relações de qualquer ordem com o produtor ou entidade certificada, visando assegurar transparência e imparcialidade ao ato de certificação.

Art. 14 - Caderno de Normas e Especificações é o documento no qual são registrados o nome do produto, sua descrição, delimitação da área geográfica, provas de origem, descrição do método de obtenção do produto, elementos que justificam a ligação com o meio geográfico, referências sobre o sistema de controle e as exigências a serem cumpridas para obtenção do certificado e uso dos respectivos selos.

Art. 15 - A verificação do fiel cumprimento do Caderno de Normas e Especificações será realizada por Certificadoras independentes, que terão regras próprias de procedimento e de gestão, e serão credenciadas pelo Serviço de Selos e Certificações de Qualidade de Produtos Agrícolas.

Art. 16 - Licença ou Certificado é o documento emitido pelo Serviço de Selos e Certificações de Qualidade, de acordo com as regras do sistema de certificação, concedido a um grupo de produtores, associação, cooperativa ou produtor individual, conferindo o direito de utilizar certificado, marca ou selo de conformidade nos seus produtos, processos ou serviços.

Art. 17 - Somente produtos agrícolas ou gêneros alimentícios podem obter o reconhecimento de uma Denominação de Origem Controlada, Indicação Geográfica Protegida, Produto de Agricultura Orgânica ou Produto de Origem Familiar.

§ 1º - Os gêneros alimentícios industrializados poderão obter o reconhecimento de uma Denominação de Origem Controlada ou Indicação Geográfica Protegida, desde que exista um vínculo claro entre as características do produto e sua origem geográfica.

§ 2º - O nome geográfico que constitui uma Denominação de Origem Controlada ou uma Indicação Geográfica Protegida ou qualquer outra menção que os evoquem, não podem ser utilizados por nenhum produto similar nem por qualquer outro produto ou serviço se esta utilização representar ameaça, presente ou futura, de prejuízo à notoriedade da denominação de origem ou à indicação geográfica.

§ 3º - Os produtos agrícolas, gêneros alimentícios ou produtos agrícolas não alimentares que apresentam características específicas ou que foram produzidos segundo regras ou normas previamente determinadas, passíveis de rastreamento ou traçabilidade, poderão obter o Selo de Certificado de Conformidade.

Art. 18 - A concessão dos selos e certificados prevista nesta Lei será analisada e aprovada pelo Conselho Diretivo e homologada por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19 - As concessões aprovadas pelo Conselho Diretivo, após homologadas por decreto do Poder Executivo, deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e, no caso das certificações de Denominação de Origem Controlada e Indicação Geográfica Protegida, poderão ser objeto de registro no Instituto Nacional de Patente Industrial - INPI -, em conformidade com a Lei federal nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Art. 20 - Fica instituído o Serviço de Selos e Certificações de Qualidade de Produtos Agrícolas e Alimentares, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura e responsável pelo estabelecimento das normas, dos procedimentos, dos registros e da elaboração dos Cadernos de Normas e de Especificações que deverão reger a emissão dos selos.

Parágrafo único - A competência do Serviço de Selos e Certificações de Qualidade abrangerá todo o conjunto de produtos agrícolas e gêneros alimentícios, transformados ou não, produzidos no Estado de Santa Catarina.

Art. 21 - O Serviço de Selos e Certificações de Qualidade terá a seguinte composição:

- I - Conselho Diretivo;
- II - Secretaria Executiva;
- III - Comitê Estadual de produtos lácteos;
- IV - Comitê Estadual de produtos derivados de carnes;
- V - Comitê Estadual de sucos, vinhos e outras bebidas;
- VI - Comitê Estadual de hortifrutigranjeiros;
- VII - Comitê Estadual de agricultura orgânica;
- VIII - Comitê Estadual de aquicultura; e
- IX - Comitê Estadual de outros produtos agrícolas e alimentos.

Art. 22 - O Conselho Diretivo, formado por entidades governamentais e por instituições envolvidas e comprometidas com o processo de certificação, terá a seguinte composição:

- I - um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura;
- II - um representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - Procon;
- III - um representante da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina;
- IV - um representante da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina;
- V - um representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina;
- VI - um representante da Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina;
- VII - um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina;
- VIII - um representante da Associação Catarinense de Supermercados;
- IX - um representante da Federação das Associações de Pequenas e Médias Empresas;
- X - um representante da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina;
- XI - um representante do Comitê de Defesa do Consumidor Organizado - Deconor;
- XII - um representante das organizações não-governamentais ambientalistas;
- XIII - um representante das organizações não-governamentais de agricultura orgânica;
- XIV - um representante da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; e
- XV - um representante da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina - UFSC.

§ 1º - Os membros do Conselho Diretivo discriminados nos incisos I e II são de livre nomeação do Chefe do Poder Executivo, com mandato de dois anos.

§ 2º - Os membros do Conselho Diretivo discriminados nos incisos III a IX deverão ser indicados pelas organizações interprofissionais vinculadas a grupos com atividades relacionadas a produtos agrícolas e a gêneros alimentícios, de livre nomeação do Chefe do Poder Executivo, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 23 - O Conselho Diretivo será dirigido por um Presidente, de livre nomeação do Governador do Estado, com mandato de dois anos, em regime de alternância entre os representantes do Poder Executivo.

Art. 24 - Cabe ao Conselho Diretivo decidir, implementar e acompanhar a política geral do Serviço de Certificação, apresentar a proposta orçamentária e acompanhar o desempenho financeiro do serviço, bem como aprovar as proposições de concessão de selos encaminhadas pelos respectivos Comitês.

Art. 25 - Os Comitês serão compostos por representantes da administração pública estadual e por produtores, processadores industriais, distribuidores e consumidores com interesses nas respectivas cadeias produtivas.

§ 1º - Os representantes da administração pública nos Comitês são de livre nomeação do Chefe do Poder Executivo, não podendo exceder a cinquenta por cento do total de seus membros, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º - Os produtores, os processadores industriais, os distribuidores e os consumidores com interesses nas respectivas cadeias produtivas indicarão seus representantes nos Comitês, que deverão ser nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 26 - Cabe à Secretaria Executiva assegurar o funcionamento do Serviço de Selos e Certificações de Qualidade de Produtos Agrícolas e Alimentares, através de uma equipe de pessoal permanente, coordenada por um Secretário Executivo, indicado pelo Conselho Diretivo e nomeado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura.

Parágrafo único - Tanto o Secretário Executivo quanto o pessoal técnico permanente devem possuir qualificação, formação e experiência profissional necessárias ao perfeito desempenho do serviço e não poderão estar sujeitos ao controle ou influência de pessoas que tenham interesse comercial direto sobre a certificação a ser concedida.

Art. 27 - O Governo do Estado poderá disponibilizar servidores públicos efetivos do Estado para prestarem serviços junto ao Serviço de Selos e Certificações de Qualidade de Produtos Agrícolas e Alimentares.

Art. 28 - O Poder Executivo fica autorizado a criar dotação orçamentária específica, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, destinada ao custeio das despesas decorrentes da implementação do Serviço de Selos e Certificações de Qualidade de Produtos Agrícolas e Alimentares e outras originárias da execução desta Lei.

Art. 29 - Os recursos necessários para custear as despesas relativas a exames analíticos e organolépticos a serem realizados por demanda do serviço e a cobrir as despesas resultantes dos controles previstos nesta Lei, serão suportados pelas associações interprofissionais, consórcios de valorização ou sindicatos de defesa do respectivo produto a ser certificado, facultada a possibilidade de parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura nos cinco primeiros anos de funcionamento do serviço, com desvinculação gradativa.

Art. 30 - O Poder Executivo adaptará a regulamentação da Lei nº 10.610, de 1 de dezembro de 1997, e regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

Art. 31 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32 - Ficam revogados os arts. 5º e 6º da Lei nº 10.731, de 30 de março de 1998, e os arts. 8º e 9º do Decreto nº 3.526, de 15 de dezembro de 1998, e demais disposições em contrário.

Florianópolis, 7 de janeiro de 2002

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 11 DE JUNHO DE 2004.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 07, de 17 de maio de 1999, e o que consta do Processo nº 21000.004220/2004-14, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos a serem adotados, até que se concluem os trabalhos de regulamentação da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, para registro e renovação de registro de matérias-primas e produtos de origem animal e vegetal, orgânicos, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Parágrafo único. Os registros efetuados no âmbito desta Instrução Normativa terão validade até o prazo que vier a ser estabelecido pela regulamentação da Lei nº 10.831, de 2003.

Art. 2º As empresas que venham a solicitar o registro de matérias-primas e produtos de origem animal e vegetal, orgânicos, junto ao MAPA deverão apresentar as Informações para Registro de Produtos Orgânicos, constante do Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 1º Os rótulos dos produtos orgânicos, registrados no âmbito desta Instrução Normativa, deverão seguir as orientações apresentadas no Anexo II.

§ 2º No ato da solicitação, o interessado deverá assinar um Termo de Responsabilidade pela garantia da qualidade relativa às características regulamentadas para produtos orgânicos, conforme o modelo apresentado no Anexo III.

Art. 3º Nos casos em que se verificar o descumprimento das normas estabelecidas pela Instrução Normativa nº 07, de 17 de maio de 1999, a empresa produtora fica sujeita às sanções administrativas, penais, cíveis e do Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. Constatado o previsto no **caput** deste artigo, o MAPA poderá suspender imediatamente a autorização para o uso dos dizeres ou marcas referentes à certificação orgânica.

Art. 4º A empresa com produtos registrados como orgânicos será obrigada a fornecer, sempre que solicitado pelo MAPA, informações e documentos atualizados sobre a certificação de seus produtos, bem como sobre procedimentos e produtos utilizados no seu sistema de produção.

Art. 5º Para produtos importados, serão adotados os mesmos procedimentos aplicados para os produtos nacionais.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogados os itens 5, 6, 7, 8 e 9 do Anexo da Instrução Normativa nº 07, de 17 de maio de 1999, e a Instrução Normativa nº 06, de 10 de janeiro de 2002.

ROBERTO RODRIGUES

ANEXO I
INFORMAÇÕES PARA REGISTRO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

DO PRODUTO

- 1 - Descrição do sistema de rastreabilidade dos ingredientes orgânicos do produto.
- 2 - Descrição do Plano de Manejo/Fabricação do produto.
- 3 - Descrição dos procedimentos de garantia de segregação, de produtos convencionais indesejados, na produção e fabricação de seus produtos orgânicos.
- 4 - Apresentação da composição indicando percentuais em peso de componentes orgânicos e não orgânicos, excluindo-se água e sal do cálculo.

DA CERTIFICAÇÃO

- 1 - Forma de Certificação.
- 2 - Tempo de Certificação.
- 3 - Informações da Certificadora:
 - Nome;
 - Endereço;
 - Representante Legal;
 - CNPJ.

ANEXO II

INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RÓTULO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

- 1 - O rótulo de produtos orgânicos não poderá contrariar a legislação em vigor e não poderá sugerir efeitos sobre a saúde.
- 2 - No ato de requerimento de aprovação de rótulo orgânico, deverá ser apresentado o certificado emitido pela entidade certificadora do produto.
- 3 - Para produtos com 95% ou mais de ingredientes orgânicos, será utilizado o termo **ORGÂNICO** e, para produtos com pelo menos 70% de ingredientes orgânicos, o termo **PRODUTO COM INGREDIENTES ORGÂNICOS**.
- 4 - Em ambos os casos, será permitido o uso de expressões equivalentes, referentes às diferentes correntes da agricultura orgânica, conforme o estabelecido no § 2º, do art. 1º, da Lei nº 10.831, de 2003.
- 5 - Os dizeres **ORGÂNICO** e **PRODUTO COM INGREDIENTES ORGÂNICOS** não poderão fazer parte da marca (nome comercial) nem da denominação do produto (iogurte, leite, manteiga, por exemplo), devendo configurar informação adicional de qualidade, e deverão estar escritos com caracteres uniformes em corpo e cor, não podendo ser de tamanho superior aos da denominação do produto.
- 6 - É obrigatório constar dos rótulos a proporção dos ingredientes orgânicos e não orgânicos.
- 7 - O selo da certificadora poderá ser adicionado ao rótulo, bem como dizeres que a identifiquem e o número de registro do projeto, na certificadora.

ANEXO III
TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____,
representante legal da empresa

CNPJ _____, estabelecida no
endereço: _____

solicitante do registro do produto _____,
assumo a responsabilidade pelas informações prestadas quanto à qualidade relativa às características
regulamentadas para produtos orgânicos, estando ciente da temporalidade deste registro em função da
regulamentação da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e da minha responsabilidade em notificar
ao MAPA qualquer alteração que venha ocorrer em relação à certificação orgânica deste produto.

_____, ____/____/____

assinatura